

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

**FORMULAÇÕES SOBRE ÉTICA E MORAL NAS
PROPOSTAS DE GOVERNO DAS CANDIDATURAS À
PREFEITURA DE PORTO ALEGRE EM 2020**

DIEGO MARTINS DE CAMPOS

**PORTO ALEGRE
2023**

DIEGO MARTINS DE CAMPOS

**FORMULAÇÕES SOBRE ÉTICA E MORAL NAS
PROPOSTAS DE GOVERNO DAS CANDIDATURAS À
PREFEITURA DE PORTO ALEGRE EM 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Dornelas
Camara

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Martins de Campos, Diego
FORMULAÇÕES SOBRE ÉTICA E MORAL NAS PROPOSTAS DE
GOVERNO DAS CANDIDATURAS À PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
EM 2020 / Diego Martins de Campos. -- 2023.
103 f.
Orientador: Guilherme Dornelas Camara.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de
Administração, Curso de Administração Pública e
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Ética na administração pública. 2.
Interdiscursividade. 3. Programa de governo. 4.
Administração municipal. 5. Análise crítica do
discurso. I. Dornelas Camara, Guilherme, orient. II.
Titulo.

FORMULAÇÕES SOBRE ÉTICA E MORAL NAS PROPOSTAS DE GOVERNO DAS CANDIDATURAS À PREFEITURA DE PORTO ALEGRE EM 2020

Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado para a obtenção do grau de
Bacharel em Administração no curso de
Administração Pública e Social da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, pela banca examinadora formada
por:

Porto Alegre, 01 de setembro de 2023

Prof^a. Dr^a. Maria Ceci Misoczki, UFRGS

Prof. Dr. Davide Carbonai, UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço às servidoras e servidores públicos e trabalhadoras e trabalhadores terceirizados que fazem a Escola de Administração funcionar, e, através deles, todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras que construíram e constroem o mundo.

Agradeço minhas professoras e meus professores, bolsistas, monitoras e monitores que por tantos anos me acompanharam nessa instituição, especialmente à querida Ana Mercedes, e aos queridos Pedro e Davide, e, mais especialmente à Maria Ceci e Sueli, pela luta para construir um curso que fez e faz parte da minha vida, além da enorme contribuição no meu aprendizado.

Um agradecimento mais do que especial ao meu orientador, Guilherme, pela inteligência acadêmica e absoluta doçura no trato com as pessoas (eu precisei bastante).

Agradeço aos e às poetas, artistas, visionários(as), quadrinistas, rebeldes, revolucionários(as), músicos(as), filósofos(as), cientistas do caos e todo tipo de desgraçado pelo sistema que critica o capitalismo e o absurdo mundo que vivemos e impulsionaram minha “nau da loucura no mar das ideias”. Cada lágrima e sorriso que eles arrancaram e colocaram em mim são elementos constitutivos do meu próprio ser.

Agradeço ao meu colega de trabalho, José Wagner, por permitir minhas muitas ausências para me dedicar à construção dessa pesquisa e por mostrar que excelência técnica e respeito às pessoas podem andar juntas.

Agradeço ao meu grupo esportivo, recreativo e cultural Bota Fogo, que me permitiu desopilar em diversos momentos de crise, especialmente ao meu querido amigo e familiar Paulo Coutinho e, através dele, aos demais amigos e companheiros atletas, artistas e ativistas.

Agradeço às minhas irmãs e meu irmão (Cíntia, Bruna e Estevan, os filhos da mãe) e suas proles e companhias, sujeitos que enchem meu coração de amor. Especialmente Cíntia e Bruna, que dedicaram algum do pouco tempo que têm para contribuir intelectualmente na construção desse trabalho. Também agradeço à

minha sobrinha Julia (e à Bruna, mais uma vez) pela paciência em me ensinar cálculo diferencial e integral (desafio de mais de uma década).

Agradeço à minha mãe. Por tudo! Mas principalmente pelas escolhas que fez em educar os filhos pro mundo e não para seus próprios umbigos, a quem atribuo a maior parte dos sentidos que adotei para a vida.

Agradeço à mãe do meu filho, Thais, por me permitir ser pai.

Agradeço à minha companheira, Adele, pela convivência amorosa, além das contribuições e opiniões sobre o texto. Minha caminhada na construção desse trabalho teria sido muito mais difícil sem o apoio emocional e sem tua companhia nas madrugadas.

Agradeço ao meu filho, Felipe, por mostrar mais maturidade que eu ao entender que as ausências foram justificadas, por todo amor e carinho que ele dedica a mim e por me colocar em um pedestal tão alto que me estimula a tentar melhorar em tudo que faço, inclusive a concluir esse Trabalho.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é resultado de pesquisa bibliográfica e documental que temo objetivo de analisar a intertextualidade das formulações sobre ética, moral e moralidade nas propostas de governo das candidaturas à Prefeitura de Porto Alegre nas eleições de 2020, a fim de relacionar esse discurso ao estado da arte no debate acadêmico sobre o tema na Administração Pública no Brasil. O quadro teórico sobre ética, moral e moralidade é fundamentado por Adolfo Sánchez Vázquez. É realizada uma pesquisa e seleção da produção acadêmica a partir de termos que relacionam ética, moral e moralidade à administração pública, gestão e *business* nos repositórios acadêmicos Spell e SciELO. Os procedimentos metodológicos são apoiados na análise crítica do discurso. A partir dela, é feito o levantamento e análise das propostas das candidaturas, relacionando-as, quando possível, ao estado da arte da discussão sobre ética, moral e moralidade na administração pública. Dentre os resultados, destaca-se que a intertextualidade das propostas de governo traduz elementos importantes nas formulações sobre ética, moral e moralidade no campo das ciências administrativas. A função ideacional, nas propostas de forma geral, se identifica mais com a classe empresarial do que com a população trabalhadora e que as propostas são pouco relacionadas com os temas discutidos na academia no Brasil.

ABSTRACT

This essay is the result of bibliographical and documentary research aimed at analyzing the intertextuality of formulations regarding ethics, morality, and moral values in the proposals of candidates running for the position of Mayor of Porto Alegre in the 2020 elections. The goal is to relate this discourse to the state of the art in academic debates on the subject in Public Administration in Brazil. The theoretical framework regarding ethics, morality, and moral values is based on the work of Adolfo Sánchez Vázquez. Academic production related to ethics, morality, and moral values in public administration, management, and business is researched and selected from academic repositories such as Spell and SciELO. The methodological procedures are supported by critical discourse analysis. Through this analysis, the proposals of the candidates are examined and analyzed, seeking to relate them, when possible, to the state of the art in the discussion on ethics, morality, and moral values in public administration. Among the results, it is highlighted that the intertextuality of the government proposals reflects important elements in the formulations concerning ethics, morality, and moral values in the field of administrative sciences. The ideational function, in the proposals in general, appears to align more with the business class than with the working population, and the proposals are relatively disconnected from the topics discussed in academia in Brazil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 JUSTIFICATIVA	16
3 QUADRO TEÓRICO: ÉTICA, MORAL E MORALIDADE	18
4 ESTADO DA ARTE DO DEBATE SOBRE ÉTICA, MORAL E MORALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL	23
5 O APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO.....	44
5.1 OBJETIVO GERAL	54
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	54
6 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	55
7 AS PROPOSTAS DE GOVERNO	58
8 CONCLUSÃO.....	89
REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

O estudo da ética nas organizações tem se mostrado muito importante quando se coloca em evidência que as decisões ou as escolhas realizadas se confrontam com dilemas morais. Essa área de estudo comporta uma grande variedade de especificidades e focos acadêmicos, como corrupção, conduta dos agentes públicos, testes de juízo moral, etc., como será possível verificar no decorrer do Trabalho.

Existem diversas produções acadêmicas em áreas correlatas, mas não parecem suficientes para revelar aspectos morais dos discursos das organizações políticas que tocam a administração pública. Antunes (2022), por exemplo, explora aproximações das políticas públicas com direito, moral e ética e mostra que uma direção teórica a seguir passa pelo filósofo Sánchez Vázquez (2022).

Moralidade, moral e ética, são termos corriqueiramente evocados para se tecer críticas ao comportamento particular, de grupo ou institucional. As exclamações “mas isso não é moral” ou “mas isso não é ético” ao conhecer algum fato político ou da administração pública são mais comuns do que se deseja – o que denota descontentamento com a classe política e, conforme pesquisa divulgada em reportagem do jornal Folha de São Paulo de 2019, a grande maioria dos brasileiros estão insatisfeitos com democracia no Brasil (DIAS, 2019).

Importante fazer uma delimitação razoável do que se compreende como *éthos*, ética, moral e moralidade, sem se ater pormenorizadamente aos conceitos e suas origens. Vejamos: *éthos* é compreendido como um conjunto de costumes e práticas de um grupo em determinada época e região; ética, por sua vez, é considerada a ciência que estuda o comportamento moral; moral é um conjunto de princípios e normas; e moralidade é o conjunto de relações efetivas ou atos concretos que adquirem um significado moral com respeito à moral vigente (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2022).

Conceituar moralidade administrativa é uma tarefa um pouco mais complexa. Trevisan (2021, p. 31-32) explora diversos textos jurídicos para chegar à conclusão que o conceito de moralidade administrativa “possui um conteúdo objetivo (representado pelas ideias de boa-fé [...]) e um conteúdo subjetivo (representado pelo dever de probidade)”. Cabe destacar que o princípio constitucional da moralidade administrativa insculpido no Art. 37 da Constituição Federal (BRASIL,

1988) estabelece que as ações dos governos, dos governantes e dos agentes públicos deve estar embasada em valores como justiça, solidariedade, respeito à dignidade humana, honestidade, proteção ao bem público, entre outros.

Este princípio, no que diz respeito ao conteúdo subjetivo, entende-se cristalizado hoje pela Lei nº 8.429, conhecida como Lei da Improbidade Administrativa, conforme estudo de Trevisan (2021). Dito isso, esse Trabalho não aborda a moralidade como objeto do direito material, ou seja, como uma pesquisa que tente caracterizar se determinado elemento das propostas se enquadra nos ditames da Lei de Improbidade.

Antunes (2022, p. 9) afirma que “além de cumprir a lei, a administração pública deve zelar pelos princípios éticos. A moral administrativa é imposta ao homem para sua conduta interna de acordo com as exigências da instituição e a finalidade de sua ação: o bem comum”. É possível compreender que o bem comum é a finalidade da administração pública, como explorado longamente pelos gregos, o que reforça a importância de seus conceitos básicos como será exposto posteriormente.

Essa compreensão sobre a ética na administração pública, ganha ainda mais relevância no contexto das eleições brasileiras, pois os brasileiros vão às urnas a cada dois anos escolher gestores e legisladores das esferas municipais, estaduais e federal, de forma alternada entre municipal e as demais. Nesse interregno, um discurso moralizante é amplamente difundido pelos meios de comunicação de massa. Conforme Fairclough (2016, p. 94) discurso é “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros” (p. 94).

Discursos sobre a moralidade administrativa aparentam surgir somente no que toca à corrupção dos agentes públicos. Da mesma forma, nos períodos eleitorais, é normal ver propagandas exibirem as candidaturas como sendo detentoras, dentre outros temas, da solução moral. Nesse sentido “os grupos poderosos são representados como se falassem na linguagem que os próprios leitores poderiam ter usado”, o que “efetiva o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 150).

No entanto, é preciso ir além da propaganda e buscar elementos concretos que revelem como é abordado o tema em cada candidatura, através de seu conteúdo textual. Para ir além nesse aspecto, é preciso utilizar um instrumental

apropriado. A análise crítica do discurso (ACD) empresta abordagens e metodologias para analisar como os discursos refletem e reproduzem relações de poder, ideologias e estruturas sociais e se mostra absolutamente necessária para a execução desse Trabalho. E, dentro da ACD, uma importante ferramenta desenvolvida por Norman Fairclough (2016) é a intertextualidade – que permite identificar como os textos estão ligados a uma rede ampla de discursos e como essa rede influencia o significado e a interpretação do discurso em questão.

Motta-Roth e Scherer (2016) identificam na interdiscursividade elementos linguísticos associados a diferentes esferas de atividade. Referindo-se a Fairclough (1992, p.124), apontam que identificar as implicações dos elementos de diferentes discursos nos textos é buscar vestígios/traços do processo de sua produção e dicas/pistas para o processo da interpretação das possíveis combinações de diferentes gêneros, estilo e discursos na constituição das ‘ordens de discurso’.

Com isso, entende-se que é relevante buscar a interdiscursividade das propostas das candidaturas entre si e delas e a produção de conhecimento sobre o tema no campo da Administração Pública. Ainda que, eventualmente, não remetam uma à outra, a busca desses traços ou vestígios é relevante para avançar no conhecimento sobre o tema.

No caso das candidaturas aos cargos majoritários, um dos documentos obrigatórios para a homologação da chapa é o conjunto de suas propostas, conforme determina o Art. 11, §1, inciso IX, da Lei Nº 9.504, que dispõe sobre as eleições. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mantém esses documentos disponíveis na sua página de consulta às candidaturas das eleições mais recentes. Este Trabalho, então, caminha na direção de explorar a intertextualidade em relação ao discurso político no que tange à ética, moral e moralidade nas propostas de governo dos candidatos à Prefeitura.

Entende-se que tomar as propostas homologadas como objeto de estudo já gera elementos suficientes para a aplicação da pesquisa. Não se desconsidera que existem diversos elementos de propagação de ideias de cada uma das candidaturas – como panfletos, horário eleitoral e propagandas em mídia de massa, comícios, debates, entre outros – que são passíveis de serem analisados sob o mesmo prisma. Mas é preciso delimitar a pesquisa para dar objetividade ao estudo. Uma ampliação do objeto pode servir, inclusive, como sugestão para pesquisas futuras.

Estudar esses temas nas propostas das candidaturas ao governo de uma cidade é uma questão que toca intimamente na vida das pessoas, pois é possível compreender que a cidade é a esfera de poder público mais próxima do cidadão. Mesmo que não seja o objetivo desse Trabalho fazer um resgate antropológico filosófico, é importante levantar alguns aspectos estudados pelos filósofos da Grécia Antiga sobre a relação entre os sujeitos no (e com o) espaço público, visto que a moralidade se manifesta justamente nesse cenário.

Aristóteles, em sua obra *Ética a Nicômaco* (2015), afirma que a busca da realização moral do homem individual está inserida na realização política da *polis*. Evitando incorrer em anacronismo, é importante destacar que essa afirmação tem que ser observada diante da grande complexidade mundo contemporâneo, tanto pelos mais de dois mil e trezentos anos de desenvolvimento da filosofia e da teoria política quanto pela condição material do mundo, as estruturas e relações sociais, etc.

Na obra *Política*, Aristóteles inicia o Livro I com a frase “Toda cidade é uma forma de associação, e toda associação é estabelecida tendo em vista algum bem [...] a sociedade política, a mais alta dentre todas associações, a que abarca todas as outras, tem em vista a maior vantagem possível, o bem mais alto dentre todos” (2017, p.27). A interpretação de Wolff para esta frase é “O fim da cidade é o bem soberano” (WOLFF, 1991, p. 28. Tradução nossa). É também no livro *Política* que Aristóteles sustenta que o fim da cidade é o bem comum, afirmando que em todas as ciências e artes o fim é um bem, e que a ciência mais alta entre todas é a ciência política, o que abre margem para a interpretação que o bem mais alto é o interesse comum (ARISTÓTELES, 2017).

Ainda, algumas contribuições das ciências jurídicas precisam de certa atenção. Em especial a caracterização de três posições de pensamentos políticos e econômicos sob a ótica da filosofia do direito: o individualismo, transpersonalismo e personalismo. A primeira posição, o individualismo, sustenta que a ordem social justa não é outra, senão o resultado da satisfação do bem do indivíduo. Esta é a tese mais essencial do liberalismo – “se cada homem cuidar de seu interesse e de seu bem, cuidará do interesse e do bem coletivo” (REALE, 1969, p. 251).

A segunda posição, de acordo com o autor, é a do transpersonalismo, que sustenta exatamente o contrário do individualismo. Ou seja, “que o bem do todo é a condição *sinequa non* da felicidade individual” (REALE, 1969, p. 252). A terceira

posição, o personalismo, é aquela que reconhece uma tensão constante entre os valores do indivíduo e os valores da sociedade, onde “o indivíduo deve ceder ao todo, até e enquanto não seja ferido o valor da pessoa” (REALE, 1969, p. 253).

Uma proposta de governo que se orienta por princípios morais tem como objetivo promover o bem comum e garantir o bem-estar da população, e não apenas atender aos interesses de grupos específicos. Ocorre que diferentes grupos políticos representam diferentes ideias de cidade e diferentes ideias de como conduzi-la. Na eleição para a prefeitura em 2020, foram apresentadas treze candidaturas, sendo onze candidaturas deferidas, uma renúncia e uma candidatura indeferida ainda em recurso ou em prazo recursal.

É possível compreender que as propostas são um elemento importante de propaganda (uma vez que propagam ideias) e frequentemente são elaboradas com base em promessas que, mesmo quando eleitas, nem sempre se concretizam. Ademais, em muitos casos, as propostas são vagas e genéricas, deixando espaço para interpretações diversas e permitindo que o candidato possa ajustá-las conforme seus interesses políticos.

No que toca diretamente ao interesse desse Trabalho, busca-se enfatizar o que essas candidaturas abordam sobre a questão da moralidade, da moral, ou da ética em seus planos de governo. Elas abordam esses temas? Se sim, como apresentam essa abordagem? Em síntese, a questão que o Trabalho pretende responder é “a partir da intertextualidade associada ao estado da arte sobre o tema na Administração Pública, quais são os discursos sobre ética, moral e moralidade nas propostas de governo apresentadas?”.

De modo a responder a essa pergunta, este Trabalho de Conclusão de Curso, a partir do introdutório capítulo 1, está organizado da seguinte maneira: no capítulo 2, apresenta-se a justificativa; no capítulo 3 é montado um quadro teórico sobre os conceitos de ética, moral e moralidade; no capítulo 4 é apresentada uma revisão sistemática do debate acadêmico na administração pública no Brasil sobre ética, moral e moralidade; no capítulo 5 é consolidado o aporte teórico-metodológico da análise crítica do discurso; no capítulo 6 são descritos os procedimentos seguidos; e no capítulo 7 são apresentados os achados relevantes sobre as propostas de governo, com respectiva conclusão e considerações.

2 JUSTIFICATIVA

Com a esperança de conseguir contribuir para o conhecimento acadêmico em administração pública e social, esse Trabalho busca desenhar a linha moral que cada grupo político concorrente adotou em seus discursos nas suas campanhas para a prefeitura em 2020. Compreende-se que os estudos em administração não se limitam a difundir o conhecimento sobre como organizar uma instituição qualquer, mas também a estudar essas organizações e traduzir seu modo de operação em conhecimento.

Os cidadãos esperam que os serviços públicos sejam prestados com qualidade, transparência e eficiência, e que os recursos públicos sejam utilizados de forma responsável. Estudar ética, moral e moralidade na administração pública ajuda os gestores públicos a compreenderem essas demandas e a agir de forma a atendê-las da melhor maneira possível.

Explorar a intertextualidade nos discursos morais existentes na disputa de poder daquela que é a esfera pública mais próxima do cidadão pode ser relevante. Sistematizar como esses discursos aparecem pode criar uma base que permita outros estudos, como relacionar atos administrativos com a linha moral que conduz cada gestão eleita, ou possibilitar desenhar relações entre orçamento e linha moral de determinado grupo político, por exemplo. Nesse ponto, entende-se que a utilização da análise crítica do discurso delineada por Norman Fairclough se justifica por abordar de forma sistemática e conceitual os principais aspectos desse instrumental.

Justifica-se a utilização do estudo da ética para analisar como as propostas selecionadas abordam o tema, em vista de se tratar de ações de uma esfera da administração pública, através de agentes públicos, que toca diretamente no cidadão – a esfera municipal. A avaliação do discurso moral nas propostas políticas é uma tarefa complexa que envolve uma série de questões. É necessário explorar a importância da ética na avaliação dessas propostas, pois a ética desempenha um papel na análise crítica do discurso político e na determinação dos valores e princípios predominantes em uma época e sobre os quais esse Trabalho precisa se debruçar.

Ao criar um programa de governo, os líderes devem levar em consideração as questões éticas que envolvem o uso dos recursos públicos e sua distribuição justa.

A ética também é importante para orientar um governo para que este seja responsável perante o povo. Os governos devem prestar contas aos cidadãos e garantir que suas ações estejam alinhadas com os valores e objetivos do programa de governo.

No que toca à gestão pública, justifica-se o levantamento do estado da arte da discussão sobre ética, moral e moralidade na produção acadêmica, por compreender-se que, sem isso, a discussão restaria inócua. Entende-se que esse arcabouço científico serve como um direcionador da análise das propostas.

Por fim, entende-se que os resultados do presente Trabalho podem contribuir para aqueles que exploram os estudos organizacionais sob o prisma da ética. Além destes, espera-se contribuir para o enriquecimento do tema nas ciências sociais e políticas a partir do interesse daqueles que analisam discursos políticos. Ressalta-se que este estudo será divulgado de forma aberta no Lume.

3QUADRO TEÓRICO: ÉTICA, MORAL E MORALIDADE

Bem comum, ética, valor, moral, são conceitos criados e recriados pela filosofia antiga e muitos são os autores que definem estes conceitos. Hirschberger (1969) afirma que a filosofia antiga se estendeu entre o sexto século antes da era comum até o sexto século depois da era comum. Afirma, também, que Sócrates foi o primeiro filósofo a ter expressão, pois já incitava questionamentos em seus conterrâneos sobre a moral em suas vidas práticas.

Sócrates, no entanto, não deixou escrituras e coube aos seus discípulos eternizar o seu legado. Dois de seus discípulos são trazidos aqui pelas suas contribuições acerca da moral: Platão e Aristóteles. Hirschberger (1969) afirma que é Platão quem dá acabamento nas ideias socráticas em torno da essência do bem. É possível notar que em sua obra *A república*, Platão (2019) descreve enormes diálogos de Sócrates com diversos contemporâneos – Glauco, Polemarco (o dono da casa onde se dão várias discussões), Trasímaco, entre outros – onde ele utiliza-se da lógica para fazer os demais exporem seus conceitos de bom e mau (PLATÃO, 2019).

Tanto em *Ética a Nicômaco*, quanto em *Política*, Aristóteles realiza diversos exercícios lógicos para demonstrar quais as virtudes necessárias um homem precisa ter para melhor administrar diversos aspectos da cidade. Nesse ponto, existe um esforço para definir comportamentos bons e maus do homem: os comportamentos bons são as virtudes, de acordo com sua lógica para cada ofício ou aptidão. No Livro I, define virtude como tendo duas naturezas: intelectual e moral. Nos livros II e IV do *Ética a Nicômaco*, explora o tema da virtude moral, afirmando que “a virtude moral resulta do hábito, [...], formado por uma pequena e sutil alteração de “*éthos*”” (ARISTÓTELES, 2015, p. 41).

A seguir, Aristóteles diz que o hábito pode ser moldado pela condução política da cidade “onde os legisladores tornam bons os cidadãos pelos hábitos que lhes inculcem” (2015, p. 42). Isso permite entender que determinada política pública pode moldar o *éthos*. É possível inferir dessa lógica que um agente moral bom (aquele dotado de virtudes morais), produz uma sociedade boa.

Há que se reconhecer que alguns conceitos basilares da cidade e sua vida burocrática que influenciam ainda hoje o mundo ocidental residem nessas páginas.

Partindo da relação entre moral e política, cabe ressaltar que a própria ideia de cidade (ou *polis* para os gregos antigos) mudou desde a fundação da ética enquanto um saber. Na Grécia antiga as avaliações sobre moral na *polis* partiam de uma abordagem teleológica, ou seja, estipulavam como deveria ser e não como era. Em outras palavras, os citados filósofos gregos utilizavam do silogismo para conceituar o que seria bom ou mau para a *polis* sob uma lente do que eles entendiam como a *polis* ideal, e não como concretamente era (GRUPPI, 1980).

Em vista da importância que a condução da cidade assume na construção do *éthos*, da moral, da vida na cidade e, conseqüentemente, do cidadão (como será melhor abordado no capítulo 2), o Trabalho busca enfatizar como as candidaturas abordam esse tema em suas propostas. Não cabe, contudo, analisar e criticar a construção do conjunto de ideias e planos nestas propostas, mas o texto produzido no que toca ao interesse do Trabalho.

Salienta-se que algumas contribuições importantes para compreender a cidade atual podem indiretamente fazer parte da influência na escolha dos termos a serem explorados. Quer dizer, buscar elementos nas propostas não pode deixar de considerar, por exemplo, uma sociedade sem pensar nos conceitos de raça ou de racismo, como demonstra Silvio Almeida (2021), ou da importância do trabalho na vida em sociedade, como entende Ricardo Antunes (2009), ou ainda da relação do capital e o trabalho, como explora a Teoria Marxista da Dependência (MARINI, 1991).

Um número grande de áreas pode fazer parte da teia de contribuição teórica para a exploração do tema. A relação moral da administração pública com a saúde, com a educação, com os serviços urbanos, com os serviços jurídicos, etc., são explorados em diversos estudos – como os trabalhos de Lugon (2006), Rosa, Najberg, Nunes e Passador (2021), Silva (2021) e Antunes (2022), por exemplo.

Ao pisar na questão “o que é bom e o que é mau?”, é preciso escapar do pensamento grego milenar e dar um salto no tempo. Um salto que propositalmente vai ignorar a filosofia produzida na idade média, pois baseada em conceituar o que é bom ou mal de acordo com os valores teístas predominantes à época, quer dizer, o que é bom reflete a vontade de deus e o que discordar dessa vontade é ruim, ou mau, ou demoníaco. Sánchez Vázquez além de também fazer breves considerações sobre esse período no capítulo ética cristã medieval, explora e ensina um pouco sobre a ética moderna – especialmente no que toca a ética antropocêntrica no

mundo moderno e a ética de Kant – e ética contemporânea – fazendo considerações sobre Kierkegaard e o existencialismo, psicanálise e ética, o marxismo e, por fim, neopositivismo e filosofia analítica.

Em uma crítica contemporânea à Sócrates e seus discípulos, Nietzsche (2009) diz que o estudo da genealogia da moral errou por muito tempo em não investigar a origem do conceito de “bom”. Afirma, então, uma origem aristocrática; que atribuía às suas próprias ações características boas e às ações da plebe características ruins, consolidando, através do seu domínio senhoril, a moral que lhes interessava. Assim, por exemplo, cita um termo na língua alemã que é usado para se referir tanto ao que é ruim, quanto ao que é simples (NIETZSCHE, 2009, p. 18). Ele questiona não só a origem da moral, mas principalmente o valor da moral, apelando “necessitamos de uma crítica dos valores morais, **o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão**” (NIETZSCHE, 2009, p. 12, grifo nosso).

Em outra linha de pensamento, Sánchez Vázquez também aborda a definição de bom e mau, afirmando que “não se trata de uma concepção puramente lógica, e sim histórica e real: de uma época para outra, ou de uma sociedade para outra, mudam as ideias de bom e de mau” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2022, p. 156).

Reproduz-se aqui, no entanto, uma breve crítica à materialização do direito na afirmação de Evguiéni Pachukanis “só a sociedade burguesa capitalista cria todas as condições necessárias para que o momento jurídico alcance plena determinação nas relações sociais” (2017, p. 75), este autor infere também que a própria forma do direito é tradução da criação burguesa. De forma bem simplória, faz-se uma ponte entre essas afirmações e o entendimento da construção e transformação histórica da moral descrita por Sánchez Vázquez. Pois assim como a moral vigente o direito também é expressão da vontade da classe dominante.

A definição de ética que embasa esse Trabalho é aquela trazida por Sánchez Vázquez: “ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano” (2022, p. 23). Além disso, o autor também enfatiza que a função fundamental da ética é explicar uma determinada realidade, pois é “explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado porém na sua totalidade, diversidade e variedade” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2022, p. 21).

Na compreensão de Sánchez Vázquez,

A ética se relaciona, também, com a economia política como ciência das relações econômicas que os homens contraem no processo de produção [...] Trata-se de uma relação em dois planos: a) na medida em que as relações econômicas influem na moral dominante numa determinada sociedade. [...] b) na medida que os atos econômicos não podem deixar de apresentar uma certa conotação moral. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2022, p. 33-34)

O comportamento moral, objeto de estudo da ética, permeia as relações sociais assim como as ações administrativas. Atos administrativos são, também, morais ou não. Entende-se que o estudo da ética para analisar o discurso sobre a moral é adequado, em vista que “a moral é um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2022, p. 63).

No momento que Sánchez Vázquez trabalha os conceitos que envolvem a essência da moral, traz também a distinção entre moral e moralidade – bom lembrar que a moralidade administrativa constitui um dos princípios da administração pública. Para o autor, enquanto a moral designa um conjunto de princípios, a moralidade se refere “ao conjunto de relações efetivas ou atos concretos que adquirem um significado moral com respeito à moral vigente”, em síntese, “a moralidade é a moral em ação, a moral prática e praticada” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2022, p. 66).

Este autor traz ensinamentos fundamentais para a execução desse Trabalho. O que tentamos trazer aqui não é um mero resumo do livro *Ética*, mas conceitos basilares para tratar da avaliação moral. Um primeiro tema abordado é o caráter concreto da avaliação moral; que se entende como atribuição de valor aos atos ou produtos humanos.

A avaliação, segundo Sánchez Vázquez, é constituída de três elementos básicos: o valor atribuível, o objeto avaliado e o sujeito que o avalia. O ato de atribuir valor a um ato ou produto humano exige que se leve em consideração as condições concretas desses objetos. Os objetos (os atos ou produtos da ação humana), por sua vez, só podem ser avaliados moralmente se por seus resultados ou consequências afetarem a outras pessoas – de novo, é fundamental considerar que esses objetos estão inseridos num contexto histórico e social. O sujeito que avalia o objeto, também permeado por uma realidade fática, não realiza esse ato julgando-o como o afeta pessoalmente, mas como afeta outras pessoas ou até uma comunidade inteira.

Sob essa ótica, entende-se que o ato de avaliar as propostas de governo está sujeito a estas regras. Partimos da premissa que a política é uma forma de atividade prática e que “os sujeitos ou agentes da ação política são os indivíduos concretos, reais, mas enquanto membros de um grupo social, os indivíduos defendem os interesses comuns do grupo social com outros povos” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2022, p. 93). Enquanto no aspecto político o indivíduo encarna uma função coletiva, no aspecto moral, ainda que o indivíduo seja um ser social, é a interiorização das decisões, com suas relações morais com os demais, que ganha importância.

Sánchez Vázquez (2022) traduz a distinção entre moral e política em três características: pelos termos das relações serem distintos; pela forma distinta que homens reais se situam em uma (individual) ou em outra (coletiva) situação; e pela maneira como articula-se a relação entre individual e coletivo. O autor também examina duas posições extremas sobre as relações entre moral e política: o moralismo abstrato e o realismo político.

Cabe aqui brevíssima explicação sobre estes dois últimos conceitos: eles “correspondem a uma dissociação entre a vida privada e a vida pública” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2022, p. 95), ou seja, enquanto no aspecto do moralismo abstrato o indivíduo julga os atos políticos como um critério moral, o realismo político pretende que o indivíduo suprima os atos políticos das avaliações morais.

Ocorre que o homem é um ser social, e, assim sendo, ele se obriga a se desenvolver tanto individual quanto socialmente. Sánchez Vázquez conclui, então, que “o homem não pode renunciar à moral, porque esta corresponde a uma necessidade social; assim também, não pode renunciar à política, porque esta corresponde igualmente a uma necessidade social” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2022, p. 96, 97).

É possível vislumbrar que estas contribuições são de grande valia no estudo dos objetos escolhidos, pois entende-se que mais elementos podem ser observados no conteúdo das propostas, quando analisados com lentes de graus diferentes.

4 ESTADO DA ARTE DO DEBATE SOBRE ÉTICA, MORAL E MORALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

A fim de compreender como as ciências administrativas têm abordado os temas ética, moral e moralidade, realizou-se uma pesquisa nas bases de dados Spell (<https://www.spell.org.br>) e SciELO (<https://www.scielo.br>). Esse estudo, além de buscar demonstrar o estado do debate acadêmico, tem a intenção de criar embasamento que possibilite relacionar este estado da arte com as propostas de governo das candidaturas objeto de estudo.

Justifica-se a escolha desses dois repositórios pois o SciELO é o principal repositório acadêmico das ciências sociais e humanas com acesso aberto e gratuito no país. O Spell, por sua vez, oferece a oportunidade de buscas exclusivamente em periódicos da área acadêmica de Administração, Contabilidade e Turismo, possibilitando uma busca mais coerente com o objetivo de revisar o estado da arte da ética, moral e moralidade na administração pública no Brasil.

Nos meses de abril e maio de 2023 procedeu-se a busca com os seguintes termos: “administração” E “ética” OU “administração” E “moral” OU “administração” E “moralidade”; “gestão” E “ética” OU “gestão” E “moral” OU “gestão” E “moralidade”; e “*business*” E “ética” OU “*business*” E “moral” OU “*business*” E “moralidade”. Também se buscou resultados para os termos específicos “ética”, “moral” e “moralidade”. Reforça-se que a conjunção aditiva “E” exige que o resultado obtido contemple os termos pesquisados, enquanto que a conjunção alternativa “OU” permite que todos os resultados retornados contendam um ou outro termo pesquisado ou ainda os dois termos.

A pesquisa realizada nas bases de dados SciELO e Spell revelou um panorama abrangente em relação aos temas e sua relação com ética, moral e moralidade. Os resultados da busca por “administração” E “ética” OU “administração” E “moral” OU “administração” E “moralidade” são demonstrados na tabela 1 apresentada a seguir.

Tabela 1 – quantitativo de artigos com o termo administração

Tema	Buscador		Soma
	SciELO	Spell	
Administração e ética	130	42	172
Administração e moral	66	18	84
Administração e moralidade	7	4	11
Soma			267

Fonte: elaborada pelo autor

Os resultados da busca por “gestão” E “ética” OU “gestão” E “moral” OU “gestão” E “moralidade” são demonstrados na tabela 2 apresentada a seguir.

Tabela 2 – quantitativo de artigos com o termo gestão

Tema	Buscador		Soma
	SciELO	Spell	
Gestão e ética	109	60	169
Gestão e moral	68	23	91
Gestão e moralidade	10	2	12
Soma			272

Fonte: elaborada pelo autor

Os resultados da busca por “*business*” E “ética” OU “*business*” E “moral” OU “*business*” E “moralidade” são demonstrados na tabela 3 apresentada a seguir.

Tabela 3 – quantitativo de artigos com o termo *business*

Tema	Buscador		Soma
	SciELO	Spell	
Business e ética	51	38	89
Business e moral	35	13	48
Business e moralidade	4	0	4
Soma			141

Fonte: elaborada pelo autor

Por fim, analisando os temas de forma geral: Para o tema “Ética” – 4.010 resultados: SciELO registrou um total de 3.298 publicações; e Spell registrou 712. Para o tema “Moral” – 2.653 resultados: SciELO apresentou 2.258 publicações nesse tema; e Spell registrou 395. Para o tema “Moralidade” – 262 resultados: SciELO contabilizou 226 publicações; e Spell registrou 36, como é possível visualizar na tabela 4.

Tabela 4 – quantitativo de artigos com os temas ética, moral e moralidade

Tema	Buscador		Soma
	SciELO	Spell	
Ética	3.298	712	4.010
Moral	2.258	395	2.653
Moralidade	226	36	262
Soma			6.925

Fonte: elaborada pelo autor

Ao somarmos as publicações considerando-se as combinações descritas (soma das tabelas 1, 2, 3 e 4), SciELO registrou um total de 6.262 publicações, enquanto Spell registrou 1.343, no universo de 7.605 publicações. Esses números fornecem um panorama geral da quantidade de publicações relacionadas a cada tema nas bases de dados SciELO e Spell.

Do total apresentado acima, para os fins deste estudo foram selecionados 44 artigos – o que representa aproximadamente 0,58% do total dos resultados obtidos (7.605).

Aqui, algumas observações são necessárias: essas informações são baseadas nos dados obtidos em pesquisas durante os meses de abril e maio de 2023; existem muitos resultados repetidos entre os termos buscados e também entre os buscadores (Spell e SciELO), por isso optou-se pela exclusão dos artigos sobrepostos; considere-se que a exclusão não seguiu critério definido, mas buscou-se distribuir as exclusões entre os temas. A seguir a tabela 5 mostra a quantidade de resultados selecionados com o termo administração.

Tabela 5 – quantitativo de artigos selecionados com o tema administração

Tema	Buscador		Soma
	SciELO	Spell	
Administração e ética	6	11	17
Administração e moral	3	0	3
Administração e moralidade	2	0	2
Soma			22

Fonte: elaborada pelo autor

A seguir a tabela 6 mostra a quantidade de resultados selecionados com o termo gestão.

Tabela 6 – quantitativo de artigos selecionados com o tema gestão

Tema	Buscador		Soma
	SciELO	Spell	
Gestão e ética	4	8	12
Gestão e moral	0	0	0
Gestão e moralidade	0	1	1
Soma			13

Fonte: elaborada pelo autor

A seguir a tabela 7 mostra a quantidade de resultados selecionados com o termo *business*.

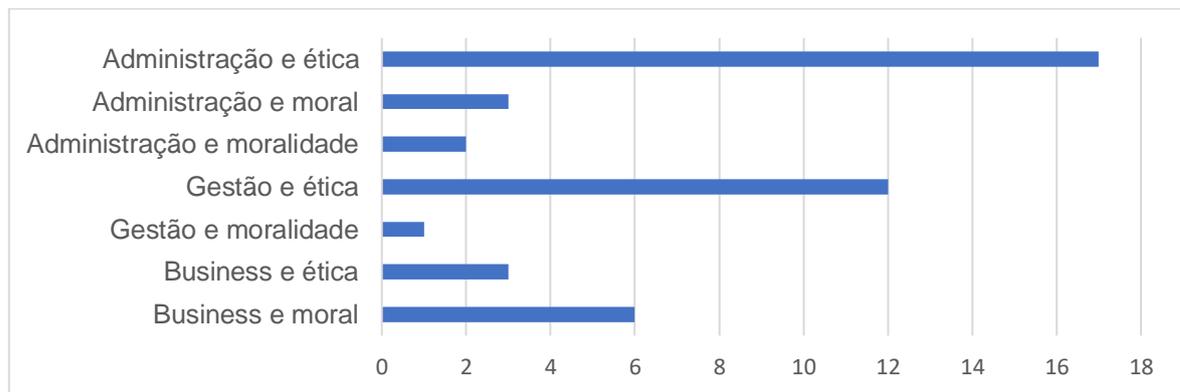
Tabela 7 – quantitativo de artigos selecionados com o tema *business*

Tema	Buscador		Soma
	SciELO	Spell	
Business e ética	1	2	3
Business e moral	5	1	6
Business e moralidade	0	0	0
Soma			9

Fonte: elaborada pelo autor

Em seguida, os artigos foram tratados independentemente da ferramenta de busca na qual foram encontrados. Com isso em vista, também é possível observar quais os termos que mais retornaram resultados selecionados: administração e ética, 17 artigos; administração e moral, 3 artigos; administração e moralidade, 2 artigos; gestão e ética, 12 artigos; gestão e moralidade, 1 artigo; business e ética, 3 artigos; e business e moral, 6 artigos. Abaixo, demonstra-se esse resultado no gráfico 1.

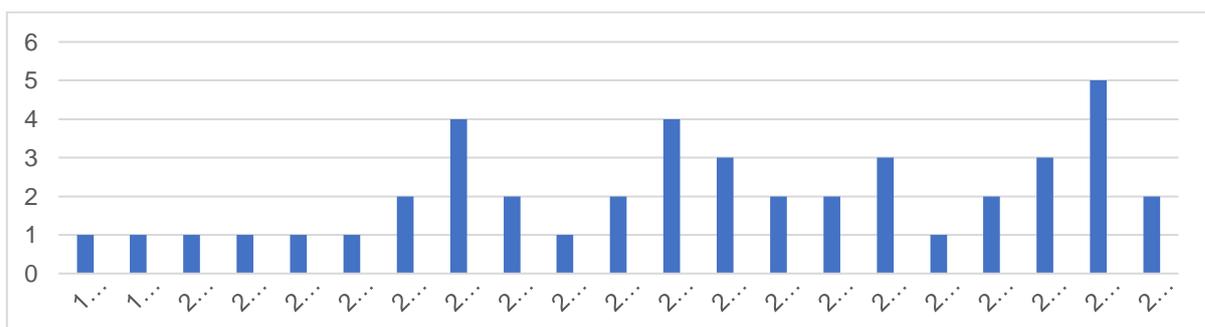
Gráfico 1 – quantitativo de artigos selecionados por termo



Fonte: elaborado pelo autor

Dos quarenta e quatro artigos selecionados, as publicações contam desde o ano de 1996 até o presente ano, com a seguinte estratificação: 1996, 1 artigo; 1998, 1 artigo; 2005, 1 artigo; 2006, 1 artigo; 2007, 1 artigo; 2008, 1 artigo; 2009, 2 artigos; 2010, 4 artigos; 2011, 2 artigos; 2012, 1 artigo; 2013, 2 artigos; 2014, 4 artigos; 2015, 3 artigos; 2016, 2 artigos; 2017, 2 artigos; 2018, 3 artigos; 2019, 1 artigo; 2020, 2 artigos; 2021, 3 artigos; 2022, 5 artigos; e 2023, 2 artigos. É possível visualizar esse estrato no gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – artigos selecionados por ano de publicação

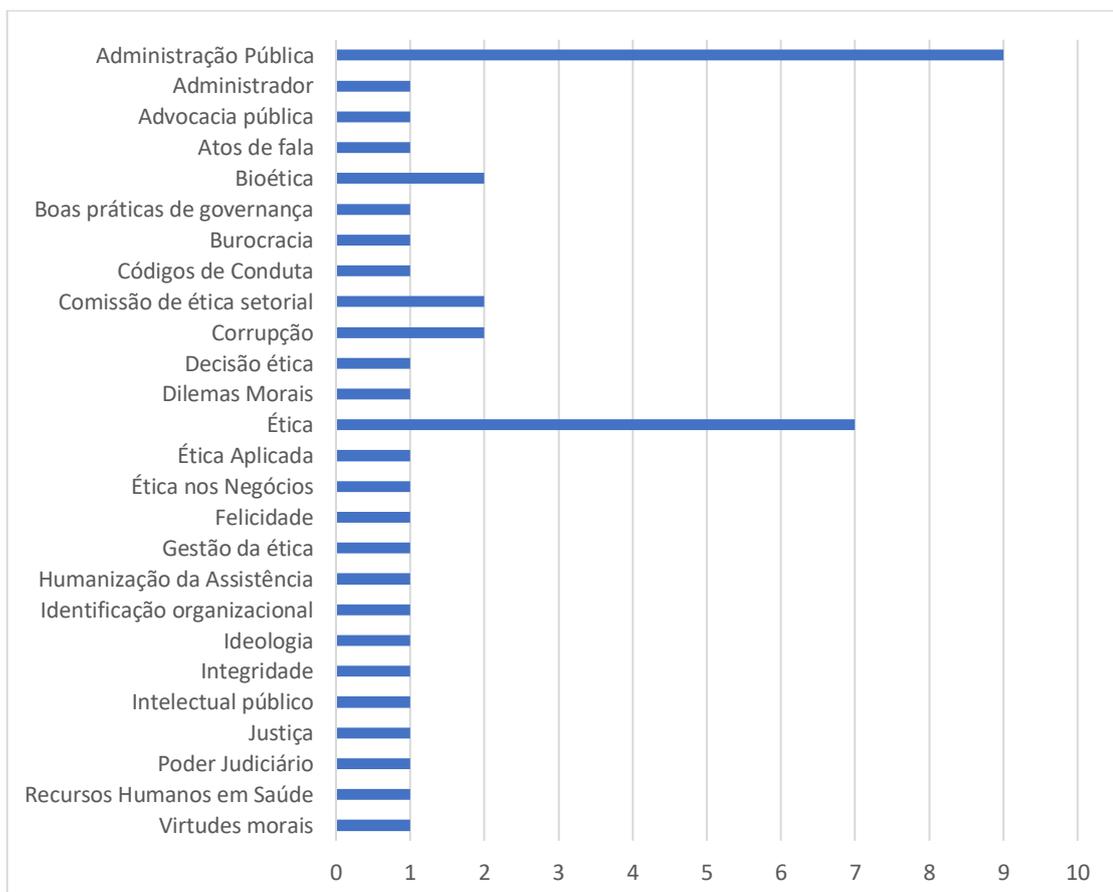


Fonte: elaborado pelo autor

Outra estratificação interessante são as palavras-chave utilizadas. Importante salientar que dos quarenta e quatro artigos selecionados, um não apresenta palavras-chave. Como parâmetro inicial, utilizaremos somente a primeira palavra-chave declarada na publicação.

Sendo assim, as palavras-chave que mais apareceram com a seleção foram: Administração Pública, 9 artigos; Administrador, 1 artigo; Advocacia pública, 1 artigo; Atos de fala, 1 artigo; Bioética, 2 artigos; Boas práticas de governança, 1 artigo; Burocracia, 1 artigo; Códigos de Conduta, 1 artigo; Comissão de ética setorial, 2 artigos; Corrupção, 2 artigos; Decisão ética, 1 artigo; Dilemas Morais, 1 artigo; Ética, 7 artigos; Ética Aplicada, 1 artigo; Ética nos Negócios, 1 artigo; Felicidade, 1 artigo; Gestão da ética, 1 artigo; Humanização da Assistência, 1 artigo; Identificação organizacional, 1 artigo; Ideologia, 1 artigo; Integridade, 1 artigo; Intelectual público, 1 artigo; Justiça, 1 artigo; Poder Judiciário, 1 artigo; Recursos Humanos em Saúde, 1 artigo; e Virtudes morais, 1 artigo. Abaixo, o gráfico 3 representa estes números.

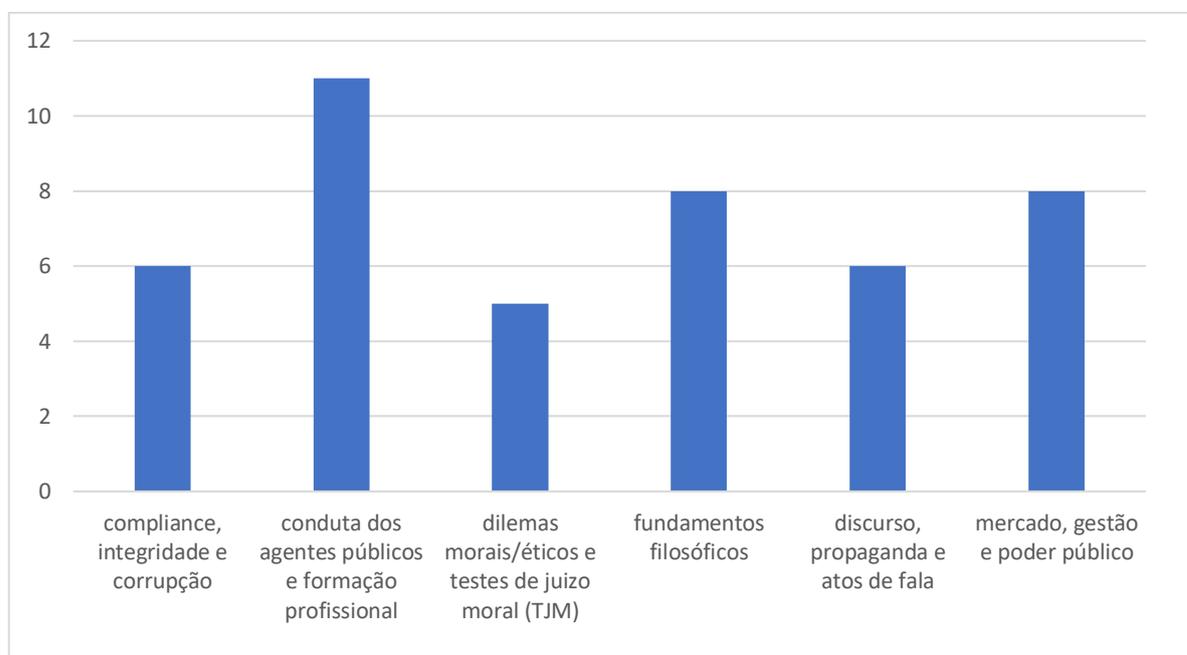
Gráfico 3 – principais palavras-chave nos artigos selecionados



Fonte: elaborado pelo autor

No objetivo de avançar com a descrição dos artigos selecionados, resolveu-se agrupá-los em seis grandes grupos temáticos a fim de não criar camadas excessivas para a análise. O resultado é apresentado a seguir (já contabilizada a quantidade de artigos por grupo): *Compliance*, integridade e corrupção, 6 artigos; Conduta dos agentes públicos e formação profissional, 11 artigos; Dilemas morais/éticos e testes de juízo moral (TJM), 5 artigos; Fundamentos filosóficos, 8 artigos; Discurso, propaganda e atos de fala, 6 artigos; e Mercado, gestão e poder público, 8 artigos. A seguir o gráfico 4 representa esse resultado.

Gráfico 4 – número de artigos por grupos temáticos



Fonte: elaborado pelo autor

Registrado isso, entende-se importante esclarecer que para alguns grupos, resolveu-se trazer conceitos básicos dos termos agrupados, para outros, uma breve elucidação dos motivos da opção.

O conjunto temático conta, então, com ***Compliance*, integridade e corrupção**. Caldeira e Dufloth (2021), explicam que *compliance* pode ser compreendido como o ato de estar em conformidade com determinadas leis, normas e regras. No entanto, os autores alertam que o conceito de *compliance* ganhou novos contornos, pois “do ponto de vista prático, a função de *compliance* adquire novas divisas, debruçando-se não só sobre aspectos relativos à conformidade

corporativa, como também sobre questões relacionadas à cultura da ética e da integridade” (CALDEIRA; DUFLOTH, 2021, p. 3).

O termo integridade, por sua vez, pode ser compreendido como um conjunto de arranjos institucionais que buscam fazer a máquina pública entregar os resultados esperados pela população de forma adequada, imparcial e eficiente. Os mesmos autores concluem que o conceito de integridade adquire, assim, sob o espectro da Administração Pública, contornos específicos, tendo no centro a noção de interesse público (CALDEIRA; DUFLOTH, 2021), é nesse aspecto que buscou-se associar o termo a essa seleção.

A corrupção, se definida literalmente, toca em diversos entendimentos, de degradação moral a deterioração física de uma substância, por exemplo. Para efeitos desse Trabalho entende-se adequado adotar dois dos sete artigos do código penal (Lei 2.248, artigos 317 e 333), aqueles que tratam da corrupção passiva e ativa. Corrupção passiva é “Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”, enquanto corrupção ativa é definida como o ato de “Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício” (BRASIL, 1940, *online*). Artigos que façam uma abordagem filosófica sobre corrupção moral entrarão no grupo “Fundamentos filosóficos”.

Fonsêca e Dourado (2023) chamam a atenção para os perigos de assumir uma orientação gerencial da justiça endossada pela abordagem sócio científica da Justiça Organizacional. Aponta que a literatura oficial dominante desconsidera o componente ético-político das noções filosófico-normativas e afirma que “A principal preocupação dos pesquisadores sócio científicos do JO é desenvolver modelos psicológicos quantitativos adequados [...] em relação ao que é justo ou injusto nos eventos do local de trabalho” (FONSÊCA; DOURADO, 2023).

Bergue (2022) examina os conceitos de ética e de moral no contexto dos programas de integridade em ascensão na administração pública brasileira e destaca desafios e potencialidades. Destaca que os códigos de conduta são nada mais que recursos burocráticos e, ainda, “que o instrumento de mais elevado potencial transformador da ética e da integridade na administração pública é a comissão de ética, reconhecida como instâncias formuladoras, consultivas e educadoras” (BERGUE, 2022, p. 10).

Caldeira e Dufloth (2021) concluem que a Lei das Estatais converge consideravelmente para as diretrizes da organização, mas que ainda deixa lacunas ou omissões no que toca especialmente em três perspectivas: gestão integrada de riscos; controles internos, ética e *compliance*; e autonomia das estatais e de seus órgãos decisores.

A produção realizada por Ferreira, Boas, Ferreira e Carvalho (2019) avalia a percepção dos gestores públicos da cidade de Lavras (MG) quanto ao nível de felicidade e satisfação da população. Conceitua e define o que entende por felicidade e volta-se a explicar o indicador de Felicidade Interna Bruta (FIB), citando os nove pilares desse indicador. Para elas, a gestão municipal tem ganhado mais importância na formulação e execução das políticas públicas, onde a saúde ganha especial importância, mas a implementação do FIB como indicador sócio econômico é algo ainda distante da realidade do município.

Paiva, Garcia e Alcântara (2017) utilizam a metodologia trazida por Norman Fairclough para analisar as publicações de duas grandes organizações de mídia em uma rede social no que tange o assunto corrupção. Encontram “elementos que mostram que a construção da corrupção é também resultado de processos de produção de sentidos inseridos em campos sociais e políticos – com papel importante da mídia” (PAIVA; GARCIA; ALCÂNTARA, 2017, p. 15), afirmando ainda que o próprio sentido da palavra corrupção está em disputa nesses ambientes. Conclui enaltecendo que as contribuições de Fairclough indicam que essas disputas precisam ser analisadas por uma ótica que concebe a dialética entre discurso e sociedade.

Bencke, Roesch e Olea (2014) revelam que as organizações, na busca de maximizar seus lucros, acabam por adotar comportamentos corruptos, o que associa à comportamento não virtuoso. A conclusão vem acompanhada de sugestões para a gestão da empresa familiar.

Como linhas gerais, é possível observar que a produção acadêmica sobre *compliance* revelou uma série de perspectivas e questões importantes no campo da justiça organizacional, ética, integridade e combate à corrupção. Os estudos examinaram diferentes abordagens teóricas e incluíram organizações públicas e privadas.

Sobre a **Conduta dos agentes públicos e formação profissional** é importante ressaltar que em primeiro plano observa-se as delimitações legais, para,

em segundo momento, trazer uma abordagem dos estudos que apreciam a administração das organizações privadas, para buscar auxílio na compreensão do que é um código de conduta.

No que diz respeito à Administração Pública, o Decreto Nº 1.171, de 1994 aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que traz em seu corpo desde regras deontológicas a serem seguidas, deveres do servidor público, etc., onde o Inciso I da Seção I do Capítulo I diz “A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público” (BRASIL, 1994, *online*).

No que toca às empresas públicas e às sociedades de economia mista, o §1º do art. 9º da Lei 13.303 determina que “Deverá ser **elaborado** e divulgado Código de Conduta e Integridade, que disponha sobre: I - **princípios, valores e missão** da empresa pública e da sociedade de economia mista [...]” (BRASIL, 2016, *online*) (grifo nosso).

“Os códigos de ética e de conduta formalizam um ideal de padrões de comportamento esperado para os gerentes e funcionários das organizações, fornecendo padrões e orientações que estabelecem as interações das empresas com a comunidade” (ANDRADE; HAMZA; XARA-BRASIL, 2017).

A contribuição trazida por Santos e Serafim (2023) aponta que não faltam instrumentos normativos para a condução da administração pública de forma ética, mas, por outro lado “que outras abordagens éticas complementares, como a ética das virtudes e a teoria do desenvolvimento moral, podem contribuir com a prática da tomada de decisão na Administração Pública” (SANTOS; SERAFIM, 2023, p. 5). O desenvolvimento de capacidades morais individuais é essencial para garantir que, diante de dilemas morais complexos, os agentes atuem de forma deliberada e consciente, evitando ações automáticas ou desprovidas de reflexão ética.

Saraiva e Souza (2012) também abordam elementos para discussão da formação acadêmica do administrador. Dentre os resultados, destacam que as representações sociais dos discentes e docentes em relação à profissão do administrador são associadas ao trabalho técnico e operacional e que há uma preocupação preponderante com as demandas organizacionais (SARAIVA; SOUZA, 2012).

A pesquisa produzida por Bergue (2022) aborda o conceito de ética tomado como competência e destaca a presença essencial da filosofia nas dimensões

epistemológica e metodológica das ciências sociais. Por fim, propõe uma abordagem transdisciplinar que integre a filosofia e as demais disciplinas que conformam o espaço de investigação e de ação gerencial.

Azevedo, Barbosa e Barbosa (2020) apresentam a discussão a partir de uma ótica que vincula a conduta ética à prática de ações que promovam o bem comum. Traz também breves considerações acerca dos conceitos de ética e moral, além de um resumo histórico da administração pública brasileira e outras considerações teóricas. Indicam a existência, na comunidade universitária pesquisada, de uma consciência sobre o valor da conduta ética e a vontade de que ela seja cumprida (AZEVEDO; BARBOSA; BARBOSA, 2020). No entanto, também entende que a falta de conhecimento sobre o código de ética do administrador fere sua função pedagógica.

Gemelli e Filippim (2010, p.23) trazem contribuições sobre o entendimento das funções da administração pública e colocam o bem comum como o interesse primordial da administração pública, afirmando a importância de “que as unidades de recursos humanos atuem como facilitadoras entre os gestores e os servidores”.

Nunes (2018) constata que as comissões de ética da administração pública federal têm realidades semelhantes e que “as tarefas principais envolvem o atendimento de consultas acerca da aplicação de códigos e outras normas (como a lei de conflito de interesses) e a apuração de desvios éticos. O trabalho educativo até existe, mas se concretiza via de regra na divulgação dos atos normativos sobre ética” (NUNES, 2018, p. 06). Para o autor, é preciso “sacar a ética das mãos dos estudiosos da moral e dos operadores jurídicos, construindo-a cotidianamente nas relações sociais” e que “O único caminho para a consolidação de cultura ética é a cidadania ativa” (NUNES, 2018, p. 16 e 17).

Castro, Kubo e Farina (2018) indicam uma lacuna na formação do administrador, pois o servidor com formação em Administração de Empresas tem dificuldades em assimilar principalmente no que concerne à estrutura de funcionamento de uma organização pública e da legislação que a permeia (CASTRO; KUBO; FARINA, 2018).

Gomes (2014) explora a conduta moral no trabalho na administração pública, com base em reflexões de pensadores da teoria crítica e psicanálise. Destaca a influência da racionalidade da administração pública e da moralidade individual na conduta ética. Aponta também a relevância de fortalecer atributos pessoais e

promover autorreflexão para uma conduta ética efetiva. Para ele, o gestor público precisa “facilitar que o servidor consiga se visualizar na ação do Estado na cidade, no estado e no país” (GOMES, 2014, p. 20).

Mendes, Andrade Júnior, Luz e Borges (2010) apresentam dois estudos de caso de implementações de comissões de ética setoriais, em momentos diferentes e com resultados diferentes nessas implantações, a partir de entrevista qualitativa e revisão de literatura. Os autores sugerem ações que podem favorecer a efetiva implantação dessas comissões e meios para transpor as dificuldades encontradas no processo. Conclui que “as dificuldades para a implementação dessas comissões relacionam-se mais com os aspectos políticos de comprometimento da alta administração dos órgãos do que com os aspectos instrumentais dessa” (MENDES *et al.*, 2010, p.16).

Conill *et al* (1998) aplicam a técnica de "tribunal do júri" para dirigentes municipais em Santa Catarina e demonstram a importância atribuída aos aspectos éticos na administração pública, que superam aqueles de capacitação técnica.

Em comum, é de se destacar que, quando o assunto diz respeito diretamente à conduta dos agentes públicos as produções apontam que a preservação do bem comum está intrinsecamente relacionada à adesão aos elementos éticos.

O tema **Dilemas morais/éticos e testes de juízo moral (TJM)** também não carece de extensa definição prévia à apresentação das contribuições dos artigos levantados.

A análise realizada por Ames, Serafim e Martins (2022) investiga como as escalas para o conceito de virtudes morais são construídas e mensuradas. Os resultados revelaram o uso de diferentes análises estatísticas e a inclusão de diversas virtudes, como coragem, gratidão, integridade e resiliência. O estudo também discute a importância do aprofundamento conceitual e sugere procedimentos para futuras pesquisas, incluindo estudos qualitativos e o desenvolvimento de escalas de percepção de virtudes.

Santos, Serafim e Lorenzi, (2018) buscam compreender como a gestão pública está estudando o tema de dilemas morais. “nos artigos teóricos analisados há uma profunda discussão teórica com diferentes abordagens relacionadas ao desenvolvimento moral e à ética” e “Em relação à visão da Administração Pública apresentada nos artigos, acreditamos que predominou uma ótica mais gerencialista, como se as organizações públicas fossem administradas unicamente como um

negócio em busca de maior eficiência” (SANTOS; SERAFIM; LORENZI, 2018, p. 22).

As tragédias são uma linha de investigação de Santos e colaboradores. Santos (2020), busca identificar e debater alguns dos principais dilemas morais que desafiam a gestão pública brasileira no enfrentamento da pandemia. O artigo expõe seis dilemas encontrados e os confronta com as respectivas perspectivas éticas. Esse debate ético enfatiza a importância de decisões acertadas e conscientes dos gestores públicos diante de escassez de recursos e informações.

Santos e Serafim (2020). Para eles, “apesar de os princípios éticos de solução serem uma das alternativas para análise dos dilemas, normalmente eles são difíceis de operacionalizar em situações reais de crise” (SANTOS; SERAFIM, 2020, p. 2). O trabalho explora o termo ética dos desastres, defendendo ser este um elemento fundamental para a gestão de emergências e discorre sobre os dilemas morais em desastres e os princípios éticos de solução.

Santos, Lebioda e Serafim (2021) buscam elementos para discussão dos dilemas morais na gestão pública frente a um cenário de tragédia. Elaboram, para isso, um estudo de caso que explora a percepção de agentes envolvidos em uma tragédia no estado de Santa Catarina, a fim de levantar quais foram os dilemas enfrentados por eles. O grande objetivo aqui é entregar material que possa ser utilizado para o estudo do campo de públicas, que fomente um posicionamento mais reflexivo sobre a gestão de um desastre.

A contribuição trazida por Almeida (2007) apresenta um modelo teórico explicativo do desempenho social das organizações a partir da análise dos seus determinantes culturais, organizacionais e individuais, concluindo que o modelo proposto destaca fatores não estratégicos na tomada de decisão ética.

O tema **Fundamentos filosóficos** contabiliza os artigos que apresentam mais aprofundada abordagem teórica sobre os principais termos do Trabalho ou termos relacionados (como o caso de corrupção moral citado anteriormente). Ou seja, quando houver o entendimento que determinado artigo se debruça principalmente a explorar os conceitos envolvidos, ou as bases teóricas, das relações desses termos com a administração.

Foram buscados não apenas artigos que os conceitos dos termos que este Trabalho aborda, mas também artigos que apresentam o exercício do pensamento crítico.

Meira (2010) realiza um levantamento crítico da produção acadêmica no campo da ética empresarial. “A ética integra os currículos, [...] tem status de ingrediente indispensável à boa gestão e imagem corporativa, [...] Entretanto, quando se examina a realidade algo parece ‘fora do lugar’. Escândalos corporativos às dezenas marcam a virada de século do capitalismo norte-americano” (MEIRA, 2010, p. 02).

Em abordagem diversa, a contribuição teórica produzida por Dornelas Camara (2022, p. 4) traz questionamentos fundamentais, tais como “quais são os critérios e princípios para a avaliação ética dos fatos morais reais? [...] quais são as especificidades desses critérios que nos levam a uma sistematicidade além do idealismo e seu subjetivismo suspeito?”. Na busca realizada nos repositórios especificados são poucos os artigos que abordam os temas aqui em tela com a criticidade que esses artigos apresentam.

Chanlat (2022) faz eco a Aristóteles, ao colocar em questão não só as relações que a política tem com a moral, mas também as relações que o bem individual tem com o bem coletivo. O artigo defende uma linha ética chamada a ética da finitude, que afirma estar associada a uma série de ações a fim de “nos permitir sair definitivamente de um modelo economicista e financeiro de curto prazo a fim de implementar um modelo de desenvolvimento ecosocioeconômico que nos permita evitar as catástrofes previstas associadas ao aquecimento planetário (IPCC, 2021)” (CHANLAT, 2022, p. 11).

Najberg, Nunes e Passador (2021) buscam contribuir para o conhecimento das naturezas que compõem a estrutura do conhecimento aplicado à administração pública, bem como para a separação entre o institucional e o privado. Concluem que “por meio da separação entre o institucional e o privado, da não reificação das opiniões políticas e do espírito democrático, é possível promover um debate público de qualidade (ROSA; NAJBERG; NUNES; PASSADOR, 2021).

Cruz e Cornelli (2016) têm por objetivo analisar, sob o enfoque da bioética, reflexões sobre como a filosofia da ciência entende a neutralidade da ciência e sua convergência com a racionalidade epistêmica, bem como relacionar essas reflexões ao processo de tomada de decisões na administração da tecnociência. Os autores oferecem proposições sobre a condução das políticas governamentais para ciência e tecnologia, afirmando a necessidade de compartilhar com a sociedade as responsabilidades da formulação dessas políticas.

Domingues (2011) discute a possibilidade de reavivar a ética republicana, reconectar a ética da ciência e reinventar o intelectual público, enfatizando a necessidade de ampliar o espaço público para além da esfera política e estatal.

Leonel Junior, Silva e Azevêdo (2009) abordam a ética e a virtude nas organizações, resgatando o significado da virtude em Maquiavel e delineando o perfil de um administrador virtuoso. Realiza, também, uma revisão literária para analisar como a obra de Maquiavel tem sido incorporada à administração.

Freitag (2005) traz três interpretações éticas do filme “O terminal” baseadas em preceitos filosóficos (Kant e Hegel, Piaget e Kohlberg e Habermas) e conclui que “Os três modelos discutidos lançam uma luz diferenciada sobre a questão moral e ética dos atores em dificuldades, mas não fornece uma “regra de ouro” para o funcionário público que busca orientação de cunho ético em situações de impasse ou conflito” (FREITAG, 2005, p. 08).

Como visto, os trabalhos selecionados exploram diferentes correntes para analisar temas como estudos organizacionais críticos, ética sustentável, tomada de decisão no setor público, bioética na administração da tecnociência, arranjos interorganizacionais, intelectual público na modernidade e ética empresarial, destacando ainda o resgate da virtude em Maquiavel e sua incorporação na administração.

Os artigos selecionados para o grupo **Discurso, propaganda e atos de fala** trazem discussões, conceitos, estudos de caso e outras explorações que abordam ética, moral e moralidade sob estes prismas e oferecem uma análise aprofundada e diversificada sobre a influência do discurso, da propaganda e dos atos de fala no contexto organizacional.

Arruda, Uono e Allegrini (1996) buscam compreender a percepção sobre o conceito de ética, a performance ética e a responsabilidade social na atividade de propaganda na América Latina, a partir de pesquisa com publicitários de nove países. A pesquisa aponta tendência para a não observância de “perspectiva ética em muitas campanhas publicitárias veiculadas de inúmeras formas” (ARRUDA; UONO; ALLEGRINI, 1996), e conclui que é necessário complementar a formação ética dos estudantes de propaganda e *marketing*, administração e outros.

Mendes e Lúcio (2013) buscam analisar o conteúdo subjetivo do discurso da ética no âmbito da Administração Pública Federal com foco no modelo gerencialista, através dos códigos de ética. Os resultados indicam de modelos gerencialistas de

gestão desenvolvidos em organizações privadas e importados para a administração pública.

Germano e Sá (2013) discutem aspectos do gênero híbrido de autoajuda e gerência espiritualizada, a representação de liderança servidora e os potenciais efeitos de subjetivação desse tipo de livro, a partir da análise de discurso crítica ensinada por Fairclough. Afirma que a narrativa do livro é investida ideologicamente, tendendo a transformar problemas estruturais e organizacionais em questões privadas e espirituais, da responsabilidade dos indivíduos.

Silva e Oliveira (2014) afirmam ser evidentes as “significativas dissonâncias inseridas em uma retórica corporativa que valoriza aspectos éticos, democráticos e de participação igualitária, ao passo que, na prática, sobressaem as lógicas da racionalidade econômica e de maximização dos investimentos daqueles que controlam as corporações”.

Verdi, Finkler e Matias (2015) relatam experiências e compreensões sobre a dimensão ético-estético-política (DEEP) da humanização do Sistema Único de Saúde de apoiadores institucionais da Política Nacional de Humanização (PNH) formados em Santa Catarina, em 2009. Conclui que o termo ética aparece frequentemente nas entrevistas e sugere que este é um elemento central para a linha humanizada do atendimento.

Martins (2016) discute escuta e gestão do sofrimento em duas organizações onde foram explorados arranjos metodológicos para a relação entre usuários e voluntários dessas organizações. Conclui que as narrativas morais são também discursos civilizadores, quando observa que uma das organizações sugere que o voluntário assuma os regramentos de atendimento também nas suas relações sociais.

O último agrupamento de termos que se apresenta soma artigos que abordam **Mercado, gestão e poder público**. Para o termo mercado, foram selecionados artigos que trabalham estudos de caso, indicações bibliográficas e outras explorações teóricas que toquem os temas centrais do Trabalho. O termo gestão é o que apresenta o maior leque de artigos, sob diversos aspectos. O importante aqui é definir qual artigo que apresente o tema gestão como eixo, quando relacionado com os eixos do Trabalho. O termo poder público enumera os artigos que apresentassem alguma discussão sobre a gestão pública como o poder público.

Cortizo (2006) apresenta uma reflexão sobre a participação da Administração de Justiça nos processos de formação e expansão da cultura jurídica. Apresenta entendimento sobre cultura jurídica, e afirma que a atuação do juízo nos processos jurídicos é onde os juízes realizam a expansão dessa cultura. Conclui que só uma reforma intelectual e moral que compreenda a totalidade dos envolvidos nos processos é capaz de apresentar resultados justos.

Teodósio, Dana, Assad e Silva (2008) analisam a construção de teses e dissertações nas linhas de pesquisa ética nos negócios e gestão do meio ambiente em programa de pós-graduação. Também discute as interações desses núcleos de pesquisa com atores internos e externos ao campo acadêmico na instituição pesquisada, bem como a natureza da prática investigativa nessas áreas, com destaque para os tipos de pesquisa desenvolvidos, as temáticas tratadas e o aparato metodológico envolvido na produção de conhecimento.

Freitas e Schramm (2009) exploram o tema a partir do conceito de bioética e identifica a alocação de recursos como um dos fatores que desencadeiam decisões morais dos gestores nesse tipo de tratamento.

Teodósio (2010) discute perspectivas da gestão pública em municípios de pequeno porte brasileiros, a partir das relações entre poder público e organizações da sociedade civil e faz referências às práticas empresariais de responsabilidade social. Em uma discussão teórica, dialoga com fenômenos recentes da vida social brasileira e problematiza tendências e iniciativas que são consideradas inovadoras na gestão de cidades, como a participação popular, a relação moralidade e administração pública, entre outros. Por fim, aponta desafios e dilemas da modernização da gestão pública brasileira.

Fossáe Sgorla (2011) refletem sobre a ética e a responsabilidade social que se apresentam nos relacionamentos organizacionais contemporâneos, apontando a ética como critério das organizações socialmente responsáveis. Citam exemplos de instrumentalização da ética, como código de ética, e alguns desafios éticos nos relacionamentos organizacionais contemporâneos. Por fim, entendem que o exercício pleno da ética e da responsabilidade social, apesar de utópico, só se dará quando a organização tiver “total consciência de que sua atuação deve extrapolar os objetivos exclusivamente ligados à produtividade e à lucratividade, traçando um caminho em direção à observação das demandas do público” (FOSSÁ; SGORLA, 2011).

Mattia e Zappellini (2014) buscam demonstrar fundamentação ética para o conceito de coprodução de serviços públicos. Para isso, apresenta conceito de coprodução e ética da discussão em Habermas para, em seguida, as possibilidades de diálogo entre ética da discussão e coprodução.

Mendes, Bessa e Silva (2015) propõem um diagnóstico sobre o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal brasileiro a partir de três unidades de análise: orçamento, ferramentas de gestão e participação social. Além de explorar os conceitos de governança e ética, apresenta contexto e oportunidade para a gestão da ética no Brasil.

Mazzeiet *al.* (2015) analisa instrumentos processuais e extra processuais que podem ajudar a advocacia pública a promover a defesa da moralidade administrativa e do patrimônio público. Apontam, além da ferramenta Tutela Coletiva, a Lei de Improbidade Administrativa como principais ferramentas processuais para questionar questões relacionadas com a moralidade administrativa.

Diante desse cenário, foi possível observar que, no grupo **Compliance, integridade e corrupção**, os autores trazidos nessa pesquisa enfatizam a evolução do *compliance*, que deixou de ser apenas a conformidade com leis e normas para incorporar valores éticos e de integridade nas organizações. A integridade é destacada como fundamental na Administração Pública, envolvendo arranjos institucionais que buscam garantir resultados imparciais e eficientes em prol do interesse público. Também foi possível observar que a corrupção é abordada sob uma perspectiva legal, relacionada aos artigos do Código Penal que tratam da corrupção passiva e ativa.

Além disso, os artigos selecionados exploram temas como Justiça Organizacional, ética e moral no contexto de programas de integridade na administração pública. Esses estudos contribuem para uma compreensão abrangente das questões éticas e de integridade, tanto no setor público quanto no privado, destacando a importância de promover uma cultura ética e de *compliance*. A análise de discursos sobre corrupção na mídia revela a complexidade da construção de sentidos e significados relacionados a esse tema, enquanto a relação entre maximização de lucros, comportamento corrupto e virtude nas organizações oferece visões importantes para a gestão de empresas familiares.

Os trabalhos trazidos no grupo **Conduta dos agentes públicos e formação profissional** destacam a importância de considerar delimitações legais e estudos

sobre administração de organizações privadas para compreender o que é um código de conduta. Também são discutidos os códigos de ética e de conduta como instrumentos que formalizam padrões de comportamento esperados em organizações, fornecendo orientações para interações com a comunidade. Outros aspectos abordados incluem a importância da ética na administração pública, a necessidade de desenvolver capacidades morais individuais para enfrentar dilemas éticos complexos e a relevância da formação acadêmica do administrador.

Por fim, os artigos selecionados destacam a ligação entre a conduta ética, o bem comum e o papel das comissões de ética na administração pública, enfatizando a importância de construir uma cultura ética por meio da cidadania ativa. O grupo temático também aborda casos de implementação de comissões de ética setoriais e a relevância dos aspectos éticos na administração pública, que vão além da capacitação técnica.

O grupo **Dilemas morais/éticos e testes de juízo moral (TJM)** se concentra na análise dos desafios éticos e morais enfrentados na administração pública e na gestão. Diversos estudos foram conduzidos para entender como as virtudes morais são medidas, explorando a construção de escalas e sua relevância. Além disso, há uma ênfase na análise de dilemas éticos em situações de crise, como no enfrentamento da pandemia, ressaltando a importância das decisões éticas diante da escassez de recursos e informações. O grupo também discute a "ética dos desastres" e a necessidade de princípios éticos na gestão de emergências.

Outro aspecto abordado nesse grupo é o modelo teórico explicativo do desempenho social das organizações, que destaca a influência de determinantes culturais, organizacionais e individuais na tomada de decisões éticas. Em geral, esse grupo temático enfatiza a relevância de considerações éticas e morais na administração pública e na gestão organizacional, promovendo uma reflexão mais profunda sobre a ética no contexto da administração e políticas públicas.

Os artigos do grupo **Fundamentos filosóficos** se dedicam à exploração das bases teóricas e conceituais dos principais termos relacionados ao trabalho, como ética empresarial, moral, virtude e bioética, em conexão com a administração pública e a gestão. Os trabalhos oferecem uma análise crítica da ética empresarial, destacando contradições entre a teoria e a prática, especialmente em relação a escândalos corporativos. Também enfatizam a necessidade de critérios e princípios para a avaliação ética de fatos morais reais, questionando o subjetivismo suspeito.

Os trabalhos selecionados também investigam a relação entre política e moral, explorando a ética da finitude como um meio de transição para um modelo de desenvolvimento ecosocioeconômico sustentável. A separação entre o institucional e o privado é discutida como um meio de promover um debate público de qualidade na administração pública. O grupo também aborda a bioética e a necessidade de compartilhar com a sociedade as responsabilidades da formulação de políticas governamentais para ciência e tecnologia. Em suma, esse grupo se aprofunda nas bases filosóficas da ética e da moral no contexto da administração e da gestão pública.

As pesquisas apresentadas no grupo **Discurso, propaganda e atos de fala** abordam a complexa interação entre ética, moral e a comunicação no contexto organizacional. Eles destacam como o discurso e a propaganda muitas vezes divergem das práticas éticas reais em organizações, ressaltando a necessidade de uma formação ética mais sólida para profissionais envolvidos nesses campos. Os estudos também exploram como os atos de fala e a retórica podem influenciar a percepção da ética nas organizações, revelando dissonâncias entre as declarações éticas e a realidade operacional.

Esses artigos também investigam como os discursos corporativos podem encobrir as prioridades econômicas e destacam como a ética desempenha um papel crucial em iniciativas de humanização, como no Sistema Único de Saúde. Resumidamente, os artigos selecionados nesse grupo mostram a importância de uma abordagem crítica e reflexiva para entender como o discurso, a propaganda e os atos de fala moldam a ética e a moralidade no ambiente organizacional, chamando a atenção para questões fundamentais nesse campo de estudo.

Os artigos que compõem o grupo **Mercado, gestão e poder público** exploram tópicos como cultura jurídica na Administração de Justiça, ética nos negócios e gestão ambiental, alocação de recursos em tratamentos médicos, gestão pública em municípios de pequeno porte, ética e responsabilidade social nas relações organizacionais contemporâneas, coprodução de serviços públicos com base em fundamentos éticos, Sistema de Gestão da Ética no Poder Executivo Federal brasileiro, e ferramentas legais para promover a defesa da moralidade administrativa e do patrimônio público.

Esses artigos oferecem uma análise aprofundada sobre como a ética e a moral desempenham papéis críticos em diferentes contextos, desde a justiça até a

gestão pública e as relações organizacionais. Eles destacam a importância da reflexão ética e do desenvolvimento de estruturas éticas sólidas para orientar a tomada de decisões no mercado, na gestão e no poder público, promovendo assim práticas mais responsáveis e socialmente conscientes.

Por fim, após analisar os artigos apontados com a intenção de buscar enriquecer a discussão, um elemento estranho ao estudo chama a atenção. As produções trazidas parecem ganhar uma roupagem mais rigorosa com as normas e abordagens acadêmicas no decorrer do tempo. Em outras palavras, os artigos mais datados se debruçam sobre poucas (ou menos) referências e elaboram textos mais extensos, enquanto artigos mais recentes realizam um maior confronto de correntes, trazem vertentes teóricas diferentes e fazem uma contextualização histórica e conceitual mais abrangente.

Considera-se que a descrição dos dados carreados nesse Trabalho tem substância suficiente para amparar o entendimento de que as ciências administrativas têm se preocupado muito mais em realizar análises de comportamento baseadas nos códigos de conduta, do que elevar a discussão teórica sobre ética na administração, com base em fundamentos filosóficos, por exemplo. Nítido que essa afirmação também carrega o vício ou os limites da própria seleção dos artigos a partir dos termos primordialmente definidos.

Não se busca, no entanto, realizar um confronto de quem está mais perto de alcançar objetivos mais elevados nas ciências administrativas, se os produtores de textos filosóficos/críticos ou de textos com funções práticas/relacionadas com o mundo dos negócios, mas criar um arcabouço do que se entende fundamental para a discussão acerca da moralidade na administração pública, seja ela (a produção acadêmica) oriunda/voltada ou não da/para a administração pública.

50 APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Para analisar as formulações sobre ética, moral e moralidade presentes nas propostas de governo, será tomada como referência teórico-metodológica a análise crítica do discurso (ACD), de Norman Fairclough. Como princípio, o autor afirma que “não há procedimento fixo para fazer a análise de discurso; as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões do discurso” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 287).

É preciso ter um pouco de cuidado ao reproduzir tal afirmação, pois o fato de não existir um procedimento fixo para fazer análise de discurso, não significa que não existam procedimentos, técnicas e abordagens. Fairclough (2016) apresenta algumas abordagens de análise de discurso no livro *Discurso e Mudança Social*.

O momento exige conceituar o que é discurso. Não basta encerrar o termo em conceitos duros, como os que os dicionários entregam. Para o autor, discurso é uma forma de prática social e não somente uma ação individual, onde afirma que esse entendimento traz duas implicações: que o discurso é “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros” e “implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 94-95).

Na teoria social do discurso, Fairclough apresenta o conceito que adota sobre o que é discurso e explora as implicações desse entendimento de forma, defendendo que o “discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95). A partir daí, o autor aponta que é possível distinguir três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: a construção de identidades sociais e posições de sujeito, a construção social entre as pessoas e, por fim, a construção de sistemas de conhecimento e crença. Afirma ainda que esses três efeitos correspondem respectivamente a três funções da linguagem as quais denomina: identitária, relacional e ideacional.

O autor explica que a função identitária se relaciona aos “modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso”, que a função relacional se relaciona em “como as relações sociais entre os participantes são representadas e negociadas” e que a função ideacional diz respeito “aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 96).

Nessa linha, entende que é importante ressaltar a relação dialética entre discurso e estrutura social a fim de evitar erros de ênfase, como considerar o discurso como uma determinação social, ou seja, como um mero reflexo de uma realidade social mais profunda, ou, por outro lado, como fonte idealizadora do social. Assim como entende que essa perspectiva dialética evita ênfases na determinação do discurso pelas estruturas (discursivas e não discursivas).

No que se aproxima ao interesse deste Trabalho, assim como explicitamente colocado pelo autor com as preocupações do livro, é o discurso como modo de prática política que atrai especial atenção. Isso, pois o “discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 98). Importante citar o autor de forma mais extensa.

A prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder; a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder, ideologias particulares e as próprias convenções e os modos em que se articulam são um foco de luta. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 98-99)

Ao analisar textos, sempre se examinam simultaneamente questões de forma e questões de significado. Para a linha que o autor segue, analisam-se signos, ou seja, um significado combinado com a forma/significante. Nesse aspecto, a abordagem crítica da análise do discurso faz a defesa que os signos são socialmente motivados. Um exemplo muito claro de escolha lexical que demonstra escolha socialmente motivada citado pelo autor é o contraste entre “terrorista e lutador pela liberdade”. Fairclough ainda expõe outra distinção importante em relação ao significado potencial de um texto e sua interpretação, afirmando que os textos são geralmente ambivalentes e que os intérpretes normalmente reduzem essas ambivalências optando por um sentido particular ou um pequeno conjunto de sentidos alternativos.

Fairclough passa a demonstrar que a análise textual pode ser organizada em quatro itens iniciais (vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual), aos quais ele próprio acrescenta outros três que não fazem parte da análise textual, mas na

análise da prática discursiva (força dos enunciados, coerência dos textos e intertextualidade). Mais uma vez, reforça-se que este Trabalho não pretende derramar extensas considerações sobre os conceitos linguísticos envolvidos, mas dar ênfase àqueles elementos da ACD apropriados para a análise a ser empreendida.

A prática discursiva “envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 111), onde tanto o consumo quanto a produção pode ser individual ou coletiva. No caso de organizações sofisticadas, produtores elaboram textos antecipando sua distribuição, transformação e consumo. Para o autor, os processos de produção e interpretação são socialmente restringidos num sentido duplo, primeiro pelos recursos disponíveis dos membros, e segundo pela natureza específica da prática social a qual fazem parte.

Tanto para a obra em estudo quanto para o objetivo desse Trabalho, essa segunda restrição traz um elemento fundamental: fazer as conexões que exponham a natureza da dos processos produtivos e a natureza das práticas sociais dos grupos que elaboraram as propostas de governo.

Nos itens seguintes, Fairclough (2016) explora as concepções de ideologia e hegemonia. Traz inicialmente três assertivas sobre ideologia (que ela tem existência material nas práticas das instituições; que ela interpela os sujeitos; e que os aparelhos ideológicos de estado são locais e marcos delimitadores na luta de classe) e afirma que, quanto à localização das ideologias, que estas estão nos textos – tanto nas estruturas como nas condições para os eventos atuais, assim como nos próprios eventos.

No que tange à hegemonia, Fairclough entende que a concepção de discurso que defende é ligada a ideia de hegemonia promovida por Gramsci, onde “hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 127) e reafirma que tal concepção de hegemonia está em harmonia com a concepção dialética da relação entre estruturas e eventos discursivos. Passa, então, a delinear aspectos da mudança discursiva, foco do interesse do linguista, e conclui que tentou localizar a concepção dinâmica da prática discursiva e de sua relação com a prática social.

Outro elemento constitutivo da ACD é a intertextualidade, definida como “a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 119). Afirma que tanto enunciados quanto nossa fala, são constituídos de textos de outros. O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade do texto, em como a produção textual reutiliza e ressignifica textos anteriores para criar novos textos, enfatizando que essa mesma produtividade é socialmente limitada às relações de poder.

É nesse ponto que Fairclough entende que a ferramenta intertextualidade encontra o conceito de hegemonia, pois compreende que a teoria da intertextualidade não pode ela mesma explicar as limitações sociais. O autor também ensina que é possível conceituar processos intertextuais como processos de luta hegemônica pois os mesmos afetam e são afetados por essa disputa. Nesse Trabalho, a intertextualidade visa justamente buscar traços do processo de produção dos discursos políticos em outros textos e/ou conceitos que possam facilitar o seu processo de interpretação e a constituição disso que Fairclough (2016) chama de ordens do discurso. O que reforça o entendimento da utilização desse instrumento para analisar as propostas de governo. Nas palavras de Cury [s/d]

A produção de um texto sempre implica a retomada de muitos outros e depende do olhar do leitor para que se criem e recriem significações, já que este último é corresponsável por sua construção. A intertextualidade se dá, pois, tanto na produção como na recepção da grande rede cultural, de que todos participam. Escrita e leitura são faces da mesma moeda. O leitor também participa dessa ampla rede dialógica ao trazer para o texto que está lendo sua bagagem de leituras de outros textos, de variadas linguagens e diferentes gêneros. (CURY, s/d, *online*)

Assim, ao tentar estabelecer uma intertextualidade entre os discursos entre si, entre eles e os conceitos definidos no estado da arte e entre eles e a interpretação do autor desse Trabalho, busca-se ampliar a rede dialógica que possibilita caracterizar a escrita/leitura das propostas de governo como um produto político-cultural do seu tempo.

Fairclough (2016) utiliza-se da distinção realizada por Bakhtin das dimensões verticais e horizontais da intertextualidade. Afirma que a dimensão horizontal é algo com certa proximidade temporal, como turnos de fala. A dimensão vertical, por sua vez, responde textos que estão historicamente ligados à produção, mesmo que mais ou menos contemporâneo a ela. Entende-se que as propostas estudadas

concentram suas produções no espectro da dimensão vertical, pois conversam mais com suas próprias produções passadas e seus respectivos estatutos e convenções.

O autor enfatiza a distinção entre as relações intertextuais de textos com outros textos específicos, apoiando-se na escola francesa, que é a distinção entre a intertextualidade manifesta e a constitutiva. Na intertextualidade manifesta, os textos constituintes da produção estão explicitamente presentes. A intertextualidade constitutiva “é a configuração de convenções discursivas que entram em sua produção” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 142). Contudo, o termo interdiscursividade, ao invés de intertextualidade, enfatiza que o foco está nas convenções discursivas e não em outros textos.

Os fornecedores de notícia agem como mediadores por qualidades típicas da audiência-alvo. Essa contribuição é fundamental, pois entende-se que os setores internos dos partidos ou as empresas de comunicação que prestam esses serviços para os grupos políticos envolvidos nesse estudo, se ocupam de tarefa semelhante – traduzir os diversos interesses desses grupos em termos que o público alvo entende – pois, nas palavras do autor, “os grupos poderosos são representados como se falassem na linguagem que os próprios leitores poderiam ter usado, o que torna muito mais fácil de adotar os seus sentidos” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 150).

Continuando, Fairclough traz outros elementos qualitativos de intertextualidade manifesta e interdiscursividade. Primeiro faz distinções tipológicas de modos de relação intertextual (intertextualidade sequencial, encaixada e mista), para, após, discutir mais demoradamente a intertextualidade manifesta em relação a representações do discurso, pressuposição, negação, metadiscurso e ironia.

No que toca à interdiscursividade, o autor reforça que esse conceito se aplica a vários modelos, inclusive a ordem do discurso institucional. Ensina que é possível classificar os elementos que compõem as ordens dos discursos em quatro tipos principais (gênero, estilo, registro e discurso). Afirma também que utilizar essa categorização “na análise de discurso ajuda a tornar o seu valor como método mais imediatamente óbvio para os cientistas sociais” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 167). No entanto, recomenda cautela no ímpeto de querer enquadrar o objeto de estudo em alguns desses estratos.

Explora, por fim, os conceitos de intertextualidade e transformações – onde expõe que as cadeias intertextuais podem ser extremamente complexas – e de intertextualidade, coerência e sujeitos, afirmando que coerência não é uma

propriedade do texto, mas dos intérpretes. Diante desse cenário, considera o estudo da intertextualidade fundamental, por se tratar de uma ferramenta que possibilita analisar a inserção da história (sociedade) em um texto e da sociedade na história.

No que toca à construção da realidade social na análise textual, Fairclough conclui que um modelo hegemônico da prática discursiva “parece fazer o sentido mais geral da ordem do discurso societária contemporânea” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 285). O autor apresenta cinco tópicos de análise (conectivos e argumentação, transitividade e tema, significado das palavras, criação de palavras e metáfora), os quais explora a partir de diferentes exemplos.

Nesses exemplos, Fairclough detalha seu método de análise, iniciando a exploração do tópico conectivos e argumentação com a análise de aspectos da coesão textual, a qual afirma fornecer um “meio de olhar para a espécie de argumentação [...] e a espécie de padrões de racionalidade” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 222) e também a possibilidade de perceber os tipos de identidade social construída e o *ethos*. No primeiro exemplo explorado, o autor identifica o *ethos* médico-científico, como uma voz técnica com propriedade suficiente para defender o entendimento carregado no texto.

Para chegar a esta identificação, Fairclough primeiro identificou os leitores do texto, em seguida identifica os produtores do texto, e logo após identifica os participantes do texto. Resume que a análise da coesão textual permite observar o modo de argumentação e de racionalidade, que por sua vez permite observar como a voz e o *ethos* são construídos no texto. O autor elabora com maior precisão outros elementos da análise da coesão, como marcadores coesivos.

Estes marcadores coesivos, “tem que ser interpretados pelos intérpretes de textos como parte do processo de construção de leituras coerentes dos textos” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 229). Nesse ponto, afirma que os marcadores coesivos precisam ser considerados dinamicamente na perspectiva do produtor do texto, afirmando que estes (os produtores) “estabelecem ativamente relações coesivas de tipos particulares no processo de posicionar o intérprete como sujeito” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 229).

Sobre a transitividade e tema, Fairclough afirma que a transitividade “lida com os tipos de processos que são codificados em orações e com os tipos de participantes envolvidos” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 229), demonstrando que o grau de nomenclatura é uma característica final da transitividade – nomenclatura que, por sua

vez, é a conversão de processos em nomes. No exemplo utilizado, realiza a análise a partir da sequência transitividade, voz (ativa ou passiva), da nominação e do tema.

É preciso fazer algumas observações a respeito da exploração da voz que o autor realiza, pois afirma que são várias as motivações políticas ou ideológicas para a escolher a voz passiva, sendo que uma das motivações é a possibilidade de ocultar o agente e, portanto, a responsabilidade. Por fim, Fairclough afirma que “uma motivação social para analisar a transitividade é tentar formular que fatores sociais, culturais, ideológicos, políticos ou teóricos determinam como um processo é significado num tipo particular de discurso ou num texto particular” (2016, p. 232).

No que toca ao significado das palavras, inicialmente o autor enfatiza que a relação das palavras com os significados é diversa, pois as palavras têm vários significados e resolve utilizar o termo significado-potencial para se referir aos significados convencionalmente utilizados para determinada gama de palavras. Em seguida explora exemplo de discurso com especial potencial de significado ideológico e político do termo ‘empreendimento’, para mostrar que o termo, como utilizado no exemplo, é dominado pelo sentido de ‘negócio’. Fairclough conclui, então, que este é um modelo que pode ser chamado de modelo hegemônico de significado das palavras.

Um segundo aspecto analisado pelo autor sobre a relação palavra-significado é a criação de palavras, onde entende que sempre há formas alternativas de significar. Fairclough explora o exemplo estudado para demonstrar escolhas lexicais que evidenciam o entendimento da mercadorização da educação.

O último tópico de análise é a metáfora, que o autor entende que estrutura “o modo como pensamos e o modo como agimos [...] de uma forma penetrante e fundamental” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 250). Ao seguir pautado pelo exemplo anterior de mercadorização da educação, Fairclough afirma “a constituição metafórica da educação [...] como mercados é um elemento potente na transformação não apenas do discurso, mas também do pensamento e da prática nessas esferas” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 251).

Além do exemplo citado, Fairclough também explora o que chama de militarização do discurso, onde cita exemplos de manchetes onde lideranças políticas atacam e defendem discursos ou posições, e afirma que a militarização do discurso “é também a militarização do pensamento e da prática social” (2016, p. 251). Também aborda um tema que pode ser particularmente interessante para este

Trabalho quando analisa as escolhas editoriais e discursivas sobre a epidemia de SIDA (síndrome de imunodeficiência adquirida – AIDS no acrônimo em inglês), ao evidenciar que os discursos estudados remontam uma ideia da SIDA como “a doença deles como uma ameaça a nós” (2016, p. 254). Entende-se especialmente interessante, pois não é demais frisar que os objetos de estudo estavam imersos em um ambiente absolutamente polarizado a respeito da pandemia da COVID-19.

Por fim, reafirma o entendimento que a análise textual não é coisa que deva ser feita isoladamente, tampouco simplesmente descrever os textos objeto de estudo, mas que se deve tentar construir um sentido para os aspectos da produção dos textos e também da nossa interpretação de como os textos são produzidos. Em suma, Fairclough ensina que a “análise textual é formada [...] pela interpretação de seu relacionamento com processos discursivos e com processos sociais mais amplos” e que “os analistas não estão acima da prática social que analisa; estão dentro dela” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 255-256).

Como dito anteriormente, Fairclough entende que não existe um procedimento fixo para fazer análise de discurso, mas abordagens diversas de acordo com a necessidade do projeto. Os pontos que o autor mostra como principais itens a serem observados (os dados, a análise e os resultados) compreendem diretrizes gerais que orientam essas abordagens. Cada um desses pontos desempenha um papel fundamental na análise crítica do discurso.

O primeiro passo na análise crítica do discurso é a coleta de dados. Os dados consistem nos textos, discursos ou materiais que serão analisados. Podem ser entrevistas, discursos políticos, textos de jornais, propagandas, publicações em mídias sociais e outros. No caso em estudo, os dados coletados são as propostas de governo.

Os elementos apontados como constituintes dessa fase de coleta de dados são: a definição de um projeto, o *corpus*, a ampliação do *corpus*, transcrição e a codificação e seleção de amostras no *corpus*. No que toca à definição de um projeto, o autor enfatiza que “a análise de discurso deve ser idealmente um empreendimento interdisciplinar”, reforçando que “são as disciplinas que se ocupam com essas questões [...] que deveriam ser consideradas em primeiro lugar” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 288).

Para a construção do *corpus*, Fairclough ensina que se deve ter em mente o que é útil sob a luz do que se conhece do objeto em estudo. No que toca à ampliação do *corpus*, Fairclough (2016) entende que o papel dessa ampliação é estimular as interpretações sobre as amostras selecionadas. Entende-se que a ampliação do *corpus* nesse Trabalho foi construída no item 3. Sobre a transcrição, o Trabalho não carece dessa etapa, visto que os documentos são todos textuais.

Sobre a Codificação e seleção de amostras no *corpus*, necessário citar o autor de forma mais alongada.

Os pesquisadores podem codificar um corpus inteiro ou grande parte dele [...] ou podem decompor o corpus em classes particulares de traços. [...] de forma que possam trazer percepções tanto quanto possível em contribuição ao discurso da prática social sob escrutínio. Uma estratégia de seleção que deve ser recomendada consiste em focalizar o que anteriormente chamei de 'ponto crítico' e 'momento de crise'. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 293)

Nesse aspecto, com respeito a identificar um momento de crise, evidentemente deve ser observado se as propostas abordaram o combate à Covid-19, por exemplo, visto que foi uma crise de saúde pública mundial (uma pandemia) com enormes impactos diretos e indiretos na sociedade. Segundo Fairclough (2016, p. 294) “tais momentos de crise tornam visíveis aspectos de práticas que devem ser normalmente naturalizados [...], mas também mostram mudança no processo, formas reais, pelas quais as pessoas lidam com a problematização das práticas”.

Após a coleta dos dados, inicia-se o processo de análise. A análise crítica do discurso busca examinar as estruturas linguísticas e discursivas para identificar como as relações de poder, ideologias e valores são construídos e reproduzidos através da linguagem. Nesta etapa, são explorados elementos como o uso de palavras, metáforas, argumentos, estratégias retóricas e outras características discursivas para revelar as intenções do autor, a construção de identidades sociais e as formas de legitimar ou contestar posições de poder.

Fairclough apresenta, então, três dimensões da análise do discurso (análises das práticas discursivas, análise dos textos e análise da prática social), afirmando que estas estão superpostas, ou seja, essas dimensões não são como fases encerradas em si mesmas. Ensina que existem três dimensões da prática discursiva: interdiscursividade e intertextualidade manifesta, que servem para avaliar a produção do texto; cadeias intertextuais, que foca na distribuição do texto; e

coerência, que analisa o consumo do texto. Além dessas três dimensões, Fairclough complementa com um quarto item: condições da prática discursiva, que se presta a apresentar aspectos sociais e institucionais.

O objetivo da interdiscursividade é “especificar os tipos de discurso que estão delineados na amostra discursiva” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 295), onde o autor permite o pesquisador a utilizar o termo geral “tipo de discurso”, caso o gênero discursivo não esteja claro. Afirma também que a principal forma de justificar uma interpretação é por meio da análise do texto, a fim de mostrar que a interpretação dada é compatível.

Na dimensão cadeias intertextuais, o objetivo é “especificar a distribuição de uma (um tipo de) amostra discursiva pela descrição das cadeias intertextuais das quais participa” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 296), instrumentalizando tal capacidade a partir de questionamentos como “por quais tipos de transformação essa amostra discursiva passa?”.

Considerar as implicações interpretativas das propriedades intertextuais e interdiscursivas da amostra é objetivo da dimensão coerência. Dos questionamentos que o autor sugere que sejam feitos, destaca-se “a amostra recebe leituras resistentes? De que tipo de leitor(a)?” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 297), pois entende-se que um discurso político de determinado grupo é alvo de resistência dos demais. Mas a resistência não reside somente nos grupos que disputam a eleição, sofrem resistência de todo tipo de leitor, de acordo com suas vivências e convicções políticas.

No que toca às condições da prática discursiva, o objetivo é “especificar as práticas sociais de produção e consumo do texto” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 297), como a questão de se o texto é produzido individual ou coletivamente. O objetivo da intertextualidade manifesta é especificar o que outros textos estão delineando na constituição do texto em análise, onde o autor explora algumas diferenças das relações intertextuais, as quais entende-se desnecessário derramar grandes explicações.

Fairclough passa a explicar resumidamente outros elementos das dimensões da prática da análise do discurso, quais sejam: intertextualidade manifesta, controle interacional, coesão, polidez, *ethos*, gramática, transitividade, tema, modalidade,

significado das palavras, criação de palavras, metáfora, matriz social do discurso, ordens do discurso e, por fim, efeitos ideológicos e políticos do discurso.

Por fim, os resultados da análise são as conclusões e descobertas obtidas a partir da interpretação dos dados e da análise crítica. É nessa fase que se apresentam as principais interpretações sobre como o discurso reflete e reproduz as estruturas de poder e as ideologias presentes na sociedade. Fairclough alerta que, “se os analistas têm algum controle sobre como os resultados são usados, nunca têm total controle depois que os resultados caem no domínio público” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 305).

5.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo desse Trabalho é analisar a intertextualidade entre o discurso sobre ética, moral e moralidade nas propostas de governo das candidaturas à Prefeitura de Porto Alegre em 2020 e o debate acadêmico.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Pretende-se descrever se (e ou como) o discurso sobre ética, moral e moralidade são mencionadas nas propostas de governo nas últimas eleições para a Prefeitura de Porto Alegre. Para isso, tem-se que é preciso concluir alguns objetivos, quais sejam:

- criar um quadro teórico sobre ética, moral e moralidade;
- apresentar o debate sobre o tema na administração pública no Brasil;
- explorar a análise crítica do discurso; e
- descrever como ética, moral e moralidade são apresentadas nas propostas de governo.

6 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para o desenvolvimento deste Trabalho foram realizadas etapas que envolveram pesquisa documental e bibliográfica que tiveram como finalidade capacitar a análise dos documentos envolvidos.

Cada uma das etapas serão melhores exploradas a seguir, mas inicial e resumidamente é possível dizer que foram as seguintes: definição de referencial teórico sobre ética, moral e moralidade; pesquisa e seleção da produção acadêmica a partir de termos que relacionam o tema à administração pública, sobre os termos definidos, nos repositórios acadêmicos; pesquisa bibliográfica sobre análise crítica do discurso; levantamento das propostas das candidaturas; análise das propostas das candidaturas; e relação entre as propostas das candidaturas e o estado da arte no debate acadêmico sobre ética moral e moralidade.

Como visto, o primeiro passo foi buscar e escolher a literatura que pudesse materializar conceitos fundamentais sobre ética, moral e moralidade. A escolha inicial foi trazer os pensamentos de Platão, com a obra *A república*, e de Aristóteles, com as obras *Política* e *Ética a Nicômaco*, pois considerados textos fundamentais na concepção dos conceitos abordados, conforme exposto no capítulo próprio.

Mesmo entendendo a importância desses textos, fez-se necessário trazer contribuições contemporâneas para atualizar ou validar os conceitos envolvidos. Assim, as orientações do filósofo Johannes Hirschberger (que explora a história da filosofia) foram muito úteis nesse aspecto.

Entendeu-se imperioso trabalhar o conceito de moralidade administrativa sob a perspectiva da filosofia do direito e do direito constitucional, a fim de trazer elementos que contribuíssem para a compreensão daquele que é um dos princípios constitucionais da administração pública – o princípio da moralidade administrativa. Além destas contribuições, optou-se também por enriquecer a base literária com obras contemporâneas a respeito de temas como feminismo, racismo e disputa de poder a fim de dar lastro teórico para eventuais críticas que se resolvesse fazer sobre aspectos das propostas objeto de estudo.

Contudo, mais especialmente sobre como trabalhar a ética diante do cenário que estava sendo construído, a escolha foi por adotar os ensinamentos do filósofo

espanhol Adolfo Sánchez Vázquez – o qual ganhou sessão específica neste Trabalho pela grandiosa contribuição no estudo dessa área.

Consolidado esse suporte teórico inicial, o próximo passo foi selecionar os termos a serem buscados nos repositórios acadêmicos. Foram definidos um total de 12 em um arranjo dos termos correlatos ao objeto de estudo, combinando “Administração”, “Gestão” e “Business” com os termos “Ética”, “Moral” e “Moralidade”; em duas das principais plataformas de busca para a área de conhecimento, SciELO e Spell. Os termos, assim como os repositórios pesquisados, estão pormenorizadamente descritos no capítulo 4.

Concomitantemente à seleção, foi criada e alimentada uma planilha eletrônica que permitisse organizar e visualizar os artigos, ordenando-os pela data de sua publicação, dentro de cada um dos repositórios utilizados. Após esse momento, passou-se a organizar grupos de temas (como compliance, teste de juízo moral, fundamentos filosóficos, por exemplo), que abordam um mesmo conjunto de conceitos, realizando nova organização em novas planilhas (agora separadas pelos grupos) a fim de possibilitar maior agilidade na análise dos artigos.

Importante frisar que essa etapa tem um especial peso na construção desse Trabalho. Foi preciso compreender como a ciência administrativa aborda o conjunto de conceitos envolvidos na pesquisa a fim de permitir que o Trabalho realizasse a análise das propostas objeto de estudo a partir desse entendimento acadêmico.

Nesse andamento, a etapa seguinte se ocupou de obter as informações oficiais sobre as candidaturas. Essas informações foram importadas da página do Tribunal Superior Eleitoral dedicada à divulgação de candidaturas e contas eleitorais <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>>, que permite acessar diversos dados correspondentes aos pleitos eleitorais, desde estatísticas e cruzamento de dados, até comparativos entre candidatos e financiamento coletivo. Como o objeto desse Trabalho são as propostas de governo, considerados dados primários, foram buscados principalmente estes documentos. Essa busca foi organizada em uma planilha eletrônica a fim de facilitar a visualização do panorama da corrida eleitoral.

Diante desse cenário, o passo seguinte foi analisar as propostas de governo, buscando elementos que evidenciassem a abordagem das candidaturas sobre ética, moral e moralidade. A análise utilizou, exclusivamente, a obra de Norman

Fairclough intitulada Discurso e mudança social. Essa obra permitiu a aplicação de métodos de abordagem para a análise de discurso, os quais ganharam especial atenção no capítulo 4.

Finalizada a análise das propostas, o Trabalho foi na direção de elaborar um quadro demonstrativo, a fim de evidenciar os elementos observados. O último passo do Trabalho foi buscar as leis orçamentárias produzidas pela gestão eleita com o objetivo de observar se os elementos constantes no programa são contemplados, de alguma forma, nesses orçamentos.

Dado o conjunto instrumental, entende-se que o Trabalho tem o potencial de explorar a intertextualidade no discurso sobre ética, moral e moralidade dos grupos envolvidos na disputa eleitoral. Além disso, a conclusão sobre as propostas pode permitir analisar se a candidatura eleita traz esses elementos em seu discurso e, por fim, se sua prática nesses pouco mais de dois anos é coerente com estes elementos.

7 AS PROPOSTAS DE GOVERNO

Apresentadas as bases teóricas, é preciso avançar o Trabalho para a fase de análise do objeto de estudo: os planos de governo e as demais informações de cada candidatura. Como mencionado na introdução, a corrida eleitoral contou com treze candidaturas, sendo onze homologadas (uma renúncia e um indeferimento). Em vista das duas candidaturas retiradas, entende-se irrelevante estudar e analisar as duas propostas que não participaram do pleito. Mas por qual motivo analisar todas as propostas e não somente propostas selecionadas de cada espectro político? Bem, entende-se que analisar todas as propostas permite desenhar um cenário político mais preciso, apontando algumas nuances e diferenças de valores morais ou moralizantes e elementos que se relacionem com o debate acadêmico sobre ética, moral e moralidade que um só documento de cada espectro não permitiria.

Entende-se que tomar as propostas homologadas como objeto de estudo já gera elementos suficientes para a aplicação da pesquisa. Não se desconsidera que existem diversos elementos de propagação de ideias de cada uma das candidaturas – como panfletos, horário eleitoral e propagandas em mídia de massa, comícios, debates, entre outros – que são passíveis de serem analisados sob o mesmo prisma. Mas é preciso delimitar a pesquisa para dar objetividade ao estudo. Uma ampliação do objeto pode servir, inclusive, como sugestão para pesquisas futuras. Importante lembrar que esses documentos são fruto da construção do partido e não só produções de falas estruturadas em momentos ativos de campanha. Importante ressaltar que, em breve, serão confeccionados novos programas para as novas corridas eleitorais, permitindo assim, além da comparação entre os documentos dos mesmos grupos, a continuidade e aprofundamento da análise intertextual em pesquisas futuras.

Ainda, enfatiza-se a importância e escolha desses documentos como objeto de estudo por tratarem-se de documentos que são mais imunes aos efeitos do tempo. São registros mais duradouros, pois homologados e hospedados em um órgão específico do Poder Judiciário (o TSE) de fácil e rápido acesso, enquanto outros documentos de campanha não gozam da mesma vitalidade e mesma facilidade no manuseio e acessibilidade, pois podem ser excluídos, alterados e indisponibilizados de acordo com a vontade da organização que o produziu.

É preciso dizer com que termos o Trabalho se referirá aos grupos e partidos produtores desses objetos. Em um primeiro momento será utilizado o nome completo do partido seguido da sigla e, entre parênteses, a informação sobre a coligação (partido isolado significa não ter coligação, de acordo com a nomenclatura adotada pelo TSE). Após, será mencionada somente a sigla do partido que centraliza a candidatura, independentemente de quais outros partidos compunham a coligação.

As candidaturas apresentadas que terão suas propostas analisadas são: REPUBLICIANOS – REPUBLICANOS (partido isolado); Progressistas – PP (PP e AVANTE); Partido Democrático Trabalhista – PDT (PDT, PSB e REDE); Movimento Democrático Brasileiro – MDB (MDB, DEM, CIDADANIA, SOLIDARIEDADE, DC, PRTB e PTC); Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU (partido isolado); Partido Verde – PV (partido isolado), Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB (PL, PSL, PSDB); Partido Socialismo e Liberdade – PSOL (PSOL, PCB e UP); Partido Social Democrático – PSD (partido isolado); Partido Comunista do Brasil – PCdoB (PCdoB e PT); e Partido Republicano da Ordem Social – PROS (partido isolado).

Os partidos foram organizados considerando-se os seus alinhamentos político-ideológicos. Como a pretensão desse trabalho não é o aprofundamento dos conceitos de visão de estado que cada ideologia defendida por cada um dos partidos adota, entende-se adequada a formação de um quadro geral, baseado nos dados presentes na reportagem de André Shalders (2017). Esse quadro é formado por: direita conservadora, direita progressista, esquerda conservadora e esquerda progressista.

Frente esse quadro, os grupos formados são os seguintes: direita conservadora (composta por REPUBLICANOS, PP, MDB, PSDB, PSD e PROS); direita progressista (PV); esquerda conservadora (PDT); e esquerda progressista (composta por PSTU, PCdoB e PSOL). Também foi utilizada a reportagem de Frey (2020) baseada na ferramenta Governismo da página Congresso em foco¹ a fim de obter-se como os parlamentares de cada partido votaram frente à orientação do líder do governo na câmara.

¹<https://radar.congressoemfoco.com.br/governismo/camara>

Dentro do espectro da **direita conservadora**, o documento que traz as propostas elaboradas pela **candidatura do REPUBLICANOS** chama a atenção pela personalização no candidato a prefeito (o ex-atleta João Derly), naquilo que Fairclough(2016) chama de *nominação*. Ao apresentar a trajetória pessoal no mundo esportivo e algumas ações enquanto legislador e secretário de Estado, o texto cumpre o papel de dar ao leitor a impressão que o desempenho esportivo também reflete na ação política. Enquanto deputado federal pelo REDE, votou a favor do impedimento da ex-presidenta Dilma, contra a PEC 95 (do teto de gastos) e contra a reforma trabalhista. No final do ano de 2018, trocou de mais uma vez de partido, integrando-se ao REPUBLICANOS.

Entende-se importante trazer essa breve trajetória, pois o candidato trocou as legendas PCdoB e REDE, que faziam oposição ao governo Bolsonaro, para um partido que teve 91% de alinhamento (FREY, 2020). Estes dados influenciam a leitura sobre as propostas, pois o governo federal à época teve como característica uma vertente política ultra liberal, não sendo crível que valores morais como os que o documento traz no capítulo “Valores e diretrizes” sejam condizentes com o alinhamento partidário. Sánchez Vázquez (2022) afirma que, mesmo que os sujeitos políticos sejam sujeitos reais, eles também fazem parte de um grupo e representam as ideias desse grupo.

Os termos que formalizam os aspectos morais da candidatura foram: “valorização da vida, democracia participativa, ética, justiça social, desenvolvimento sustentável e transparência” (REPUBLICANOS, 2020, p. 6). Os princípios elencados são os da justiça, da inovação e da sustentabilidade. Além disso, o texto coloca a candidatura fora da polarização política que caracterizava o cenário daquele ano – “na gestão pública, ainda alicerçada na briga, no extremismo e na velha polarização em que um lado tem total razão e o outro é um tirano” (REPUBLICANOS, 2020, p. 6).

A candidatura do REPUBLICANOS associa o personalismo focado em João Derly aos valores difundidos pelo bolsonarismo – “deixarmos as vaidades e **ideologias de lado**, se tivermos o interesse público acima de tudo” (REPUBLICANOS, 2020, p. 6. Grifo nosso). Se as propostas apresentam valores como valorização da vida e justiça social, por exemplo, a prática da base governista foi por outro caminho. Nesse aspecto, entende-se que é uma tentativa retórica, pois

o mesmo partido que apresenta esses valores humanos estava absolutamente alinhado com a extrema direita.

O documento elaborado pela candidatura é recheado com o clamor à participação do cidadão e o incentivo ao diálogo na busca pelas soluções que se pretende implementar na cidade, como é possível observar na proposta de criação da “Rede de observatórios” (REPUBLICANOS, 2020, p. 8-9). As mudanças propostas parecem ir ao encontro do interesse do cidadão que utiliza os serviços públicos – por exemplo, enfatiza a necessidade de criação de centros de atendimento às mães dependentes químicas, de centros de atenção à população LGBTQIA+ e a criação de programas de combate ao racismo institucional, entre outras – e, novamente, é preciso salientar que as propostas foram elaboradas por um partido que fazia parte de um projeto nacional de sucateamento da coisa pública e ataque às minorias vulneráveis, caracterizando-se, mais uma vez, como uma produção discursiva retórica.

É possível entender que o termo ou valor moral democracia participativa, assim como colocado nas propostas, se relaciona com a abordagem sobre participação popular oferecida tanto por Teodósio (2010), quanto por Mendes, Bessa e Silva (2015), em artigos componentes do grupo Mercado, Gestão e poder Público (capítulo 4). O termo ética apresentado nas diretrizes é um tanto genérico, como se o simples fato de trazer a palavra na composição das suas diretrizes conferisse às propostas uma característica ética automaticamente, como Dornelas Camara (2022) já alertava para o uso do termo em documentos oficiais.

O principal elemento intertextual das propostas do REPUBLICANOS encontra-se na dimensão vertical da intertextualidade, isso fica caracterizado pelo documento trazer referências às iniciativas do candidato enquanto detentor dos cargos políticos anteriores (REPUBLICANOS, 2020, p. 3-4). Os elementos intertextuais na dimensão horizontal, são as referências à estrutura de secretarias do município (REPUBLICANOS, 2020, p. 7-8) e também ao contexto pandêmico – nesse aspecto, no entanto, a ênfase é na pandemia como oportunidade “a pandemia que colocou o mundo todo em xeque e temos, exatamente nesse momento de caos, a chance de promovermos as profundas transformações que capital gaúcha merece e precisa” (REPUBLICANOS, 2020, p. 5-6). A identidade social, um dos aspectos constitutivos do discurso, estabelece-se na forma do partido político.

No que diz respeito às funções da linguagem do *corpus* do texto, é preciso ter em foco que é uma produção muito bem elaborada de uma narrativa humanista, que pretende construir um *ethos* voltado para o cidadão – foco na proposta “Cidade humanizada” (REPUBLICANOS, 2020, p. 10-11). No entanto, o conjunto contextual no qual o texto foi produzido aponta na direção contrária. Como dito anteriormente, o REPUBLICANOS é um partido de direita conservadora. Ao construir uma identidade humanista, o texto acaba por se mostrar incoerente. É possível entender que a função ideacional do documento se identifica mais com a classe empresarial do que com a população trabalhadora, configurando-se assim, sua prática ideológica.

Foi observado, também, que a constituição metafórica teve a intenção de transformar a coisa pública em negócio, ao atribuir a racionalidade gerencial sobre a gestão pública. Nesse sentido, também cumpre uma função identitária e um papel ideológico, pois parte do imaginário liberal quer ver a lógica das organizações privadas sendo aplicadas nas organizações públicas. No que diz respeito à transitividade e tema da proposta apresentada pelo REPUBLICANOS tem um alto grau de nominação e personificação.

Frente essa fotografia, é possível compreender que a característica retórica do documento é nítida, não sendo possível atribuir as virtudes pessoais do candidato enquanto esportista e agente político ao conjunto do grupo político do qual ele faz parte. Acredita-se que essa tenha sido uma das estratégias do partido para criar uma certa proximidade entre os autores e o eleitorado.

A coligação que forma a **candidatura liderada pelo Progressistas**, é composta pelos partidos Progressistas e Avante, ambos com alta aderência ao governo Bolsonaro (FREY, 2020). No documento apresentado, a candidatura afirma ter se reunido com mais de trezentas pessoas de categorias e localidades diferentes em diversos encontros temáticos para a construção das propostas apresentadas. Um detalhe importante não pode deixar de constar aqui, o fato de que o então candidato a prefeito exercia o cargo de vice-prefeito na gestão de Marchezan. Essa proximidade com a gestão da cidade pode ser notada não só nos argumentos de discordância com o então prefeito – “quem se decepcionou profundamente com a falta de capacidade e de equilíbrio do atual prefeito” (PROGRESSISTAS, 2020, p. 3) –, mas também com a farta inclusão de dados referentes à cidade. A apresentação

desses dados também serve ao propósito de dar legitimidade ao discurso, como um discurso de autoridade de quem conhece a cidade.

Cabe mencionar que a candidatura se apresenta como centro direita e não tenta se colocar como uma alternativa que escape da polarização política no cenário do período, afirmando ser “uma candidatura de ideias e princípios, com lado e posicionamento” (PROGRESSISTAS, 2020, p. 3) diferentemente da construção discursiva da candidatura do REPUBLICANOS. Essas afirmações vêm acompanhadas de ideias e princípios da candidatura que tornam explícito o apoio ao governo Bolsonaro, como é evidente na citação “Uma candidatura que está do lado: Da maioria da população que torce para que o governo Bolsonaro dê certo” (PROGRESSISTAS, 2020, p. 3). O fato que chama a atenção é a tentativa de abrandar a imagem da direita conservadora, onde se encontram os partidos da coligação, ao se autodenominar centro direita. Dito isso, o quadro de valores encontrados nas propostas é o seguinte: bem comum, liberalismo, repressão, modernização, participação social, empoderamento, diálogo, inovação, desburocratização, concessão de espaços públicos e racionalização.

Não é difícil notar que o discurso inicia com o líder da coligação se colocando como detentor da solução administrativa e da solução moral, ao afirmar que Porto Alegre precisa de alguém que “endireite as coisas” (PROGRESSISTAS, 2020, p. 4). Esse discurso remete à imagem do pulso firme para governar, de um governante forte, que não se dobra diante das pressões – como visto anteriormente, Fairclough (2016) chama essa característica de militarização do discurso. Isso causa certa estranheza, pois é esse mesmo discurso militarizado que escolhe valores como bem comum e participação social para encorpar seu texto, dando uma característica retórica aos valores morais escolhidos.

Além disso, a maior parte das onze propostas desenvolvidas vem acompanhada de mensagens para o setor privado. Liberdade para empreender, concessão de espaços e serviços públicos e redução da burocracia, são alguns dos muitos termos escolhidos que acenam para a classe empresarial da cidade. Quando se fala em saúde, se fala em parceria público-privada e não em investimento direto, “saúde pública não é sinônimo de saúde estatal” (PROGRESSISTAS, 2020, p. 14). O mesmo acontece com a educação, onde afirma que “educação pública não significa educação estatal” (PROGRESSISTAS, 2020, p. 18), e, quando no eixo

Cultura, Esporte e Lazer, menciona incentivar eventos, o faz concluindo com “sem uso de recursos públicos” (PROGRESSISTAS, 2020, p. 21). Esse conjunto permite compreender uma relação entre a função ideacional das propostas e os conceitos de coprodução e Nova Administração Pública, como demonstrados por Mattia e Zappellini (2014).

É possível criar uma relação entre os termos selecionados mais uma vez com os artigos de Teodósio (2010) e Mendes, Bessa e Silva (2015), por se referirem nitidamente às contribuições da administração empresarial para a administração pública. Quando as propostas se referem à espaços públicos, se referem em concedê-los à iniciativa privada, contrariando a possibilidade de reavivar a ética republicana pela ampliação do espaço público destacado no artigo de Domingues (2011).

Dito isso, é possível afirmar que os elementos intertextuais das propostas do Progressistas na dimensão vertical da intertextualidade encontram-se principalmente nos relatos sobre o conhecimento da situação da cidade que o candidato Gustavo Paim detém, adquirido enquanto vice-prefeito na gestão Marchezan, como é possível visualizar no item 10 “Finanças, Gestão e Governança”(PROGRESSISTAS, 2020, p. 30-32) e da candidata a vice-prefeita, Carmen Santos, em suas atividades nos conselhos de educação. Na dimensão horizontal, o documento dialoga com dados elaborados pelas secretarias municipais e outros institutos, além de fazer considerações importantes a respeito da pandemia. A identidade social que caracteriza o texto é o próprio grupo político (o partido). No que diz respeito às funções da linguagem, o *corpus* do texto permite entender a construção de um *ethos* militarizado, como é possível ver no item 5 “Segurança” termos como “repressão aos atos de vandalismo, pichação e criminalidade” (PROGRESSISTAS, 2020, p. 20). A função ideacional presente nas propostas do Progressistas, se identificam absolutamente com a classe empresarial.

Como prática ideológica, é possível observar que o alinhamento político é claro ao assumir explicitamente a defesa do governo Bolsonaro “Uma candidatura que está ao lado: Da maioria da população que torce para que o governo Bolsonaro dê certo” (PROGRESSISTAS, 2020, p. 3). Isso facilita a desconstrução da retórica em algumas das propostas e valores citados. Mas é bom frisar que a maior parte das propostas estão de acordo com suas práticas ideológicas. Nesse aspecto, a

candidatura também enfatiza a intenção de transformar a coisa pública em negócio, numa clara adoção dos ditames da Nova Administração Pública, como é possível ver em “Qualificação dos serviços públicos de forma não estatal, por meio de parcerias com a iniciativa privada” (PROGRESSISTAS, 2020, p. 10). Isso faz parte da constituição metafórica do texto, pois atribuir a racionalidade gerencial sobre a gestão pública tem uma função identitária e também cumpre um papel ideológico. No que diz respeito à transitividade e tema das propostas, o texto afirma que a produção teve “a participação de mais de 300 pessoas”(PROGRESSISTAS, 2020, p. 10), isso significa afirmar uma ampliação da nomeação e uma produção em nome de um coletivo.

De forma geral, as propostas apresentadas pelo Progressistas são coerentes com sua linha ideológica e cumprem o papel hegemônico que se espera dos grupos liberais. No entanto, é bom notar que as diversas críticas feitas à gestão Marchezan demonstram que esses grupos não tem encontrado um consenso no momento de escolher seus representantes.

A candidatura, denominada **Coligação Estamos Juntos Porto Alegre**, liderada pelo MDB, é composta também pelos partidos Cidadania, DEM, Democracia Cristã, SD, PRTB e PTC. O documento que carrega as propostas da coligação foi intitulado Serviços, inovação e desenvolvimento para fazer o futuro e o bem-estar dos porto-alegrenses. De acordo com a ferramenta Governismo, a média de afinidade desse grupo com o governo Bolsonaro foi de aproximadamente 90% (FREY, 2020).

No documento com as propostas dessa coligação, foi possível identificar os seguintes valores morais ou moralizantes que norteiam o discurso do grupo: comprometimento, colaboração ou ação coletiva, transparência, ética como valor, racionalidade, cuidado com as contas públicas, valorização do privado, punitivismo, respeito ao contribuinte, renovação, liberdade econômica e diálogo. Ocorre que esse quadro de valores por si só não permite identificar a quem são dirigidas essas propostas ou esses valores.

Ao analisar o documento, entende-se que essas propostas são dirigidas quase que integralmente à classe empresarial. Quer dizer, os valores de colaboração, comprometimento, etc., que o documento aponta, são permeados por

termos como “um exemplo do setor privado a ser seguido para orientar as políticas públicas” (MDB, 2020, p. 6). Essa ênfase na racionalização da máquina pública traz, implicitamente, a crítica de que o setor público é ineficaz ou até mesmo incapaz de gerir a si mesmo e os serviços que presta, conforme ditames da Nova Administração Pública expostos por Mattia e Zappellini (2014).

Chama a atenção a utilização do termo transparência no capítulo 2 do documento, pois carrega um entendimento deturpado sobre a transparência. Veja-se, por exemplo, logo no início do parágrafo, o texto eleva o reconhecimento da cidade como democracia participativa, para logo a seguir formular a frase “infelizmente, esse valor se tornou um instrumento político-ideológico” (MDB, 2020, p. 10). Além disso, supõe que a participação pode ser consolidada através de tecnologias da informação, pela “facilidade de acesso à internet” (MDB, 2020, p. 10).

Outras afirmações permitem concluir que a coligação produz um texto que tem como destinatário (FAIRCLOUGH, 2016) a classe empresarial e não a classe trabalhadora, como por exemplo, “O aumento da arrecadação deve decorrer do crescimento da economia, e não do aumento da carga tributária” (MDB, 2020, p. 15). Portanto, é possível compreender que, diante da apresentação dos valores morais do grupo, esses valores são em sua maioria dirigidos ao setor privado e não à população.

Dito isso, uma relação possível com o estado da arte é realizada através do termo racionalidade, pois exalta atributos individuais como parte da racionalidade da administração pública, encontrando o entendimento de Gomes (2014). Também é possível realizar uma relação entre Mendes e Lúcio (2013) e o termo valorização do privado, quando afirmam que a administração pública tem importado modelos gerencialistas das organizações privadas.

As propostas apresentadas mostraram uma série de elementos intertextuais que figuram na dimensão horizontal da intertextualidade, ao fazer menção a diagnósticos recentes sobre a situação da cidade e expor o que o grupo entende como escolhas erradas da gestão Marchezan “já que a administração atual perdeu um investimento de 60 milhões de reais” (MDB, 2020, p.11). Poucos foram os elementos encontrados que caracterizam a dimensão vertical da intertextualidade nessas propostas, alguns deles podem ser encontrados no item “Educação”, ao citar

que “É reconhecida a qualidade do ensino das Escolas Militares no Brasil, que sempre aparecem em elevadas posições no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)” (MDB, 2020, p. 8), por exemplo. Dos aspectos constitutivos do discurso, as propostas têm como identidade social, obviamente, o grupo político formado pela coligação.

Quando se explora as funções da linguagem do *corpus* do texto, notou-se que o *ethos* construído remonta a ideia de uma gestão pulso firme – “respostas firmes” (MDB, 2020, p. 5) – militarizada, sendo desnecessário analisar todo um conjunto contextual para entender a quem se destina o texto. As propostas tentam construir uma identidade comprometida com questões sociais, mas é possível entender que a função ideacional, nas propostas de forma geral, se identifica mais com a classe empresarial do que com a população trabalhadora, como é possível ver o item “A ambiência de Porto Alegre para os negócios e o empreendedorismo – liberdade econômica como centro de nossa visão” (MDB, 2020, p. 11-15). Como prática ideológica, é possível observar que a candidatura enfatiza seu alinhamento em defesa dos grupos hegemônicos, ou seja, de forma geral as propostas estão de acordo com suas práticas ideológicas.

Mais uma vez é possível observar que a constituição metafórica tem a intenção de transformar a coisa pública em negócio, atribuindo a racionalidade gerencial sobre a gestão pública. O que, repita-se, também tem uma função identitária e cumpre o papel ideológico. No que diz respeito à transitividade e tema das propostas, o texto não amplia a nomenclatura, quer dizer, não são produzidos em nome de um coletivo.

A primeira ênfase a ser realizada é a relação que o texto do MDB tem diante da pandemia. É nítido que a produção textual foi na direção de mostrar a pandemia como oportunidade, como é possível observar em diversos itens, mas, como por exemplo, no item “Digitalização” a frase “A pandemia revelou o enorme espaço que existe em todas as atividades profissionais para encurtar etapas, tempos e atividades, viabilizando que inúmeras ações possam ser realizadas à distância” (MDB, 2020, p. 16). Não existe única linha sobre vacinação, ou cuidados com a saúde diante da maior crise de saúde do mundo recentemente e considera-se que isso denota um forte aceno ao eleitorado bolsonarista. De forma geral, são diversos os sinais enviados à extrema direita: citar as escolas cívico-militares como modelo a

ser seguido, escolhas lexicais como aparelhamento político-ideológico e a afirmação da redução de impostos, por exemplo, andam no mesmo trilho que os valores do bolsonarismo.

O PSDB apresenta a candidatura de Nelson Marchezan à reeleição, em uma coligação com PSL e PL denominada Mais Porto Alegre. Importante lembrar que PSL era o partido de Bolsonaro quando ele se elegeu presidente e o PL o partido quando ele saiu da presidência. No contexto nacional, o PSDB estava bem alinhado com o governo federal, conforme dados do Congresso em foco divulgados por Frey (2020).

No que diz respeito às propostas, o documento conta com 14 eixos de ação programática, em formato de carta de intenções. Os valores morais ou moralizantes encontrados no conteúdo das propostas podem ser atribuídos aos termos: aliança com a sociedade, eficiência, transparência e ética, *compliance* e combate à corrupção, modernização e reformismo. Note-se que são muitas as propostas que estão descritas com verbos no futuro do indicativo, o que causa estranheza vindo de uma candidatura que estava conduzindo a cidade desde o pleito anterior. Por exemplo: “devolveremos a Porto Alegre a credibilidade do Orçamento Participativo” (PSDB, 2020, p. 14); e “serão abertos laboratórios de inovação” (PSDB, 2020, p. 17). Isso denota que a gestão poderia ter feito e não fez, pois são soluções que não foram criadas/inventadas entre os anos de 2017 e 2020. Diga-se que uma das abordagens do Progressistas em suas propostas foi caracterizar a “falta de capacidade e de equilíbrio do atual prefeito” (PROGRESSISTAS, 2020, p. 3), como se nota também quando pretendem “construir as pontes que o Prefeito destruiu” (PROGRESSISTAS, 2020, p. 4).

Também é importante salientar que as propostas não são destinadas à população pobre da cidade, mas à classe empresarial. A candidatura consegue a proeza de afirmar que “as PPP’s precisam de garantias financeiras municipais claras para o atingimento de seus objetivos, dando segurança aos investidores.” (PSDB, 2020, p. 15). Ou seja, a noção de gestão da cidade é absolutamente atrelada à facilitação da atividade econômica. Veja-se, por exemplo, que até no tema Orçamento Participativo, o texto traz “A escolha dos projetos privilegiará a viabilidade técnica e econômica, sem espaço para práticas populistas e

demagógicas” (PSDB, 2020, p. 14), fazendo da participação popular uma mera formalização da ferramenta Orçamento Participativo.

Quanto ao uso do termo eficiência, encontra-se uma relação direta com o artigo de Santos, Serafim e Lorenzi, (2018), pois nítida a visão gerencialista sobre a administração pública que a candidatura apresenta. Dentre os termos encontrados, *compliance* é um termo que foi explorado em um grupo próprio e ganhou destaque em seis artigos na discussão do capítulo 4. Caldeira e Dufloth (2021) afirmam que *compliance* ganhou novas áreas de interesse, passando a se debruçar também sobre questões relacionadas à cultura da ética e da integridade. Ao passo que Bergue (2022) entende que a comissão de ética é um instrumento que tem grande potencial transformador da ética e da integridade— o então prefeito passou não por uma comissão de ética, mas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que entregou um relatório ao MP e ao TCE apontando que “o prefeito praticou advocacia administrativa, tráfico de influência, improbidade administrativa, corrupção passiva, dispensa de licitação e conflito de interesses” (GODOY; MAROCCO, 2020, *online*).

Observou-se que os principais elementos intertextuais das propostas do PSDB figuram na dimensão horizontal da intertextualidade, eis que o texto dialoga frequentemente com as ações e números da gestão conduzida por eles próprios. Poucos são os elementos verticais da intertextualidade, alguns podem ser observados quando o texto faz referência ao quadro situacional encontrado no início da gestão. No que toca os aspectos constitutivos do discurso, as propostas têm como identidade social os partidos constituintes da coligação.

A função da linguagem do *corpus* do texto pode ser caracterizada como uma produção rebuscada e voltada para construir um *ethos* voltado para virtudes moralizantes e racionalistas (função relacional). O texto pretende construir uma identidade de respeito à coisa pública e combate à corrupção, mas isso notadamente é uma construção retórica, diante da investigação citada anteriormente. A função ideacional constante no documento se identifica diretamente com a classe empresarial pois é possível observar que a maioria das propostas são direcionadas ao empresariado, ou ao empreendedor/investidor.

Como prática ideológica, entende-se que tanto o alinhamento político, quanto o conteúdo das propostas oferecem benefícios à classe empresarial, o que mostra

coerência com suas práticas no contexto hegemônico. Aqui também é observado que a constituição metafórica tem a intenção de transformar a coisa pública em negócio. Atribuir a racionalidade gerencial sobre a gestão pública também tem uma função identitária que faz parte do imaginário liberal em ver a lógica das organizações privadas sendo aplicadas nas organizações públicas. Sobre a transitividade e tema das propostas, a coligação não amplia a nomenclatura da sua produção.

Em virtude desse quadro, não causa estranheza que um grupo intimamente ligado aos valores e aos ideais da extrema direita, ao falar da pandemia, apenas abordem os reflexos econômicos da crise sanitária – como é possível observar no item “Desenvolvimento econômico”, em especial o subitem “pós-covid-19” onde há a frase “iremos trabalhar para adequar a cidade e os cidadãos à nova economia pós-Covid-19” (PSDB, 2020, p. 16), não apresentando nenhuma proposta para mitigar os efeitos da contaminação e propagação do vírus. Os valores anticorrupção e aliança com a sociedade, por exemplo, não passam de recursos retóricos. Talvez a única proeza que a gestão Marchezan tenha conseguido, seja a de receber críticas de todos os participantes do pleito, inclusive de ex-aliados.

A **candidatura apresentada pelo PSD** elaborou suas propostas em um formato de carta de intenções. Na apresentação dos candidatos (o que ocupa aproximadamente 30% das páginas do conjunto das propostas), enaltece tanto as carreiras profissionais de ambos candidatos, quanto a carreira política do candidato a prefeito – Valter Nagelstein já exerceu funções legislativas (como vereador) e executivas (como secretário de pasta municipal) – e utiliza dessa prerrogativa para estabelecer uma relação de autoridade sobre o funcionamento da máquina pública diante do destinatário.

A personalização fica ainda mais clara quando o texto afirma “O plano foi elaborado com a percepção do Valter e do Diogo [...]” (PSD, 2020, p. 10), ou ainda que será um governo do PSD, mas “Valter-Diogo se comprometem [...] com soluções para os problemas da cidade” (PSD, 2020, p. 30). O uso dos nomes Valter e Diogo é um recurso discursivo para gerar maior proximidade entre os autores e leitores. Esse mecanismo adota o primeiro nome do candidato Valter e o último sobrenome de João Carlos da Luz Diogo, mais conhecido como Delegado Diogo. Tradicionalmente nas forças armadas e polícias, as patentes são seguidas de um

dos sobrenomes, conferindo certo grau de autoridade e distanciamento entre os interlocutores. De modo a tornar mais próximos autores e eleitores, a proposta vale-se do fato do sobrenome do Delegado Diogo ser também um nome próprio.

O documento aborda temas utilizando forte apelo social, como é possível ver tanto no compromisso inicial, como em suas diretrizes e por quase todos os eixos temáticos. Faz uma pequena crítica à utilização do Índice de Desenvolvimento Humano para representar o desenvolvimento da cidade, afirmando que “não retrata parte da realidade da cidade. A Porto Alegre de verdade, [...] esconde a dura condição das populações que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social” (PSD, 2020, p. 3). No entanto, infelizmente, é imperioso atribuir uma característica retórica no que toca à humanidade nessas propostas, diante do alinhamento do partido ao governo Bolsonaro (FREY, 2020). Além do mais, a retórica também é especialmente ofensiva quando a candidatura oferece o termo “respeito” como um de seus valores máximos – o candidato Valter foi condenado por racismo em fatos ocorridos nessa eleição (REDAÇÃO, 2023).

Os elementos retóricos não se comportam somente nos exemplos citados anteriormente. Observe-se, por exemplo, que a candidatura se coloca de “maneira apartidária” (PSD, 2020, p. 4), na tentativa de se aproximar do descontentamento político do cidadão a partir de uma escolha lexical – o que Fairclough (2016) denomina de função identitária. O documento também traz afirmações que faltava diálogo do gestor anterior com a população, o que pretende superar. Dito isso, foi encontrado no *corpus* do documento os seguintes valores morais: respeito, eficácia, inovação, união, inclusão, diálogo, bem comum, igualdade, pluralidade, proteção aos vulneráveis, desburocratização, meritocracia e racionalidade.

Ignorando a característica retórica do texto de forma geral, é interessante ressaltar que a escolha do termo bem comum é validado pela abordagem de Gemelli e Filippim (2010) como um dos interesses primordiais da administração pública. Já o termo racionalidade ganha o mesmo sentido que Gomes (2014) elabora.

Os principais elementos intertextuais das propostas do PSD figuram na dimensão vertical da intertextualidade, ou seja, os documentos trazem referências a textos produzidos por organizações internacionais a fim de dar substância ao discurso de autoridade. Outros números e índices, no entanto, pertencem à

dimensão horizontal, como citações e referências de estudos que pretendem mostrar o cenário no qual a cidade se encontra. Dado o fato de a produção do texto ser elaborada por um partido político, a identidade social é facilmente identificada.

No que diz respeito à análise das funções da linguagem do *corpus* do texto elaborado pelo PSD, foi preciso ter em foco duas questões: o documento é uma produção rebuscada e voltada para uma narrativa moral ou moralizante, que pretende construir um *ethos* voltado para as mais altas virtudes (função relacional); e o PSD é uma organização com histórico social e político consagrado. Em outras palavras, para a análise das propostas foi preciso considerar o conjunto contextual no qual o texto foi produzido. Entende-se que a função ideacional nas propostas do PSD, de forma geral, se identifica mais com a classe trabalhadora e com microempreendedores.

Como prática ideológica, é possível observar que os alinhamentos políticos descritos anteriormente ajudaram a desconstruir a retórica do conjunto textual da maioria do texto. Não foi encontrada uma constituição metafórica que pretendesse atribuir a racionalidade gerencial sobre a gestão pública. Sobre a transitividade e tema das propostas, tendo em vista que o grau de nomenclatura é uma característica final da transitividade, o documento não amplia a nomenclatura, pois não assume ter sido produzido em nome de um coletivo.

Dadas as circunstâncias exploradas na candidatura do PSD, não é exagero dizer que causa repulsa tamanha desfaçatez. A produção do documento traz uma retórica riquíssima em teor humano e social, mas diante do quadro exposto, considera-se que o conjunto da obra ganha a característica mais imoral dentre todas as propostas estudadas.

A **candidatura do PROS** entrega um documento com as diretrizes e as principais propostas de governo dos candidatos a prefeito e vice-prefeito. Logo na apresentação, a candidatura afirma que as propostas foram desenvolvidas a partir da experiência dos candidatos com a contribuição de toda sociedade porto-alegrense. É nítido o apelo legalista/constitucionalista no conteúdo do documento, como é possível ver não só na apresentação “com o objetivo de atender à Legislação Eleitoral e de expressar os compromissos programáticos que fundamentam a sua constituição” (PROS, 2020, p. 3), mas também na introdução

dos eixos temáticos, como se observa, por exemplo, nas propostas para a educação “Conforme a Constituição Federal, compete aos municípios toda organização da Educação pré-escolar e do ensino fundamental” (PROS, 2020, p. 4).

As propostas somam dez eixos temáticos, onde é possível encontrar os seguintes valores: gestão competente, democracia participativa, diálogo, igualdade de direitos, inclusão social, justiça social, trabalho como direito social, transparência e modernização da gestão. Esses valores parecem ser dirigidos para a parcela da população que utiliza os serviços públicos de forma mais ampla, pois as propostas indicam a intenção de ampliar e melhorar espaços públicos, além de promover a inclusão de pessoas com necessidades especiais, negros e comunidade LGBTQI+ e assistência social para dependentes químicos, como é possível observar no item “1.4 Assistência social” (PROS, 2020, p. 6-7).

Ao tratar o trabalho como direito social, a candidatura faz nova defesa constitucional do entendimento de trabalho, na mesma linha que as propostas para habitação, quando afirmam “o direito à moradia como pressuposto para a dignidade da pessoa humana” (PROS, 2020, p. 9). Mais uma vez, chama a atenção que um partido que compõe a base do governo Bolsonaro defenda tantos valores humanos e de minorias. Ainda mais interessante é o fato de que não há uma linha sequer que toque no assunto da pandemia – sendo este um elemento parte do momento crítico vivido à época.

Nessa esteira, é possível fazer algumas relações entre os textos encontrados e o estado da arte composto no capítulo 4. O termo gestão competente, por exemplo, encontra guarida no artigo de Bergue (2022), que aborda o conceito de ética como competência. Já os termos democracia participativa e modernização da gestão são abordados no artigo de Teodósio (2010), ao apontar desafios e dilemas da gestão pública.

Não foi possível encontrar muitos elementos intertextuais no que diz respeito às dimensões vertical e horizontal da intertextualidade no documento produzido pela candidatura do PROS. Uma das referências possíveis figura na dimensão vertical da intertextualidade, já que as propostas fazem menção à renovação de compromissos políticos do candidato a prefeito desde sua atuação como vereador. A identidade social, mais uma vez, obviamente, o partido político. No que diz respeito às funções

da linguagem do *corpus* do texto, as propostas do PROS se assemelham às do PSD no que diz respeito à construção de um *ethos* voltado para virtudes humanas e sociais, cumprindo a função relacional da linguagem. Porém o conjunto contextual no qual o texto é produzido permite desconstruir essa roupagem, em vista do alinhamento político do PROS com o governo Bolsonaro, caracterizando o texto como um texto incoerente com sua prática social.

Entende-se que a função ideacional se identifica tanto com a população vulnerável quanto com a classe empresarial, mas é preciso ter em vista um destaque dessa caracterização em relação à identificação com o empresariado, pois a candidatura acena, inclusive, com a promoção da aproximação entre o setor produtivo e as universidades localizadas na cidade e pretende realizar a revitalização da cidade com foco no desenvolvimento econômico, como nota-se no item “Emprego, trabalho e renda” a frase “Consideramos que uma das tarefas da Prefeitura Municipal é atuar para a promoção do desenvolvimento econômico da cidade e tal missão somente poderá ser cumprida com a união do setor produtivo, universidades e poder público” (PROS, 2020, p. 7).

Como prática ideológica, foi possível observar que os alinhamentos políticos descritos acima ajudaram a desconstruir a retórica do conjunto textual do documento. Não foi encontrado nas propostas, evidências de uma constituição metafórica com a intenção de transformar a coisa pública em negócio.

No que diz respeito à transitividade e tema no texto, em vista de o grau de nominação ser uma característica final da transitividade, apesar de a apresentação das propostas afirmarem que a produção do documento teve a contribuição de toda a sociedade, entende-se que este foi mais um recurso retórico, compreendendo, assim que a candidatura do PROS não ampliou sua a nominação.

O documento é elaborado de forma que as propostas são lançadas direta e pontualmente, não deixando margem para elaboradas contextualizações. Dito isso, e diante do cenário de crise sanitária, é impressionante que a candidatura não fez nem uma menção à pandemia, bastando-se em reafirmar as obrigações constitucionais de aplicação das políticas públicas de saúde elaboradas pelas esferas estadual e federal.

Única a figurar no campo da **direita progressista**, a **candidatura do PV**, intitulada Porto Mais Alegre e Sustentável, apresenta um documento com propostas detalhadas e baseadas, principalmente, na dotação orçamentária aprovada na LOA 2020. O grupo afirma que o documento foi elaborado e aprovado pela convenção do partido, em um processo criativo e coletivo, que resultou, além do texto, na escolha dos candidatos Montserrat Martins e Alda Miller a prefeito e vice respectivamente. O texto foi elaborado utilizando-se uma linguagem informal, buscando “ser acessível a toda a população” (PV, 2020, p. 2).

Os valores morais ou moralizantes são: sustentabilidade, participação, respeito à diversidade, inclusão, inovação, desburocratização, cooperação e compliance. O principal eixo temático é a sustentabilidade/desenvolvimento sustentável, apelo histórico do PV, o que denota não rompimento com a classe empresarial, mas uma espécie de filtro sobre qual tipo de empreendedor a gestão pretende privilegiar. Ora, mesmo conhecendo o apelo histórico do partido, é preciso destacar que o alinhamento de 68% com o governo federal (que discursava explicitamente contra a proteção ambiental) denota também um uso retórico do apelo da sustentabilidade.

Incentivos fiscais (“isenções até que as empresas se tornem lucrativas” (PV, 2020, p. 24)) e Parcerias público-privadas são apresentados como alguns dos principais mecanismos de alavancagem da economia do município (PV, 2020, p. 5), afirmando como prioritário os projetos de captação de recursos para o município, buscando “fomentar Parcerias Público-Privadas, Concessões, Adoções e Parcerias entre o setor público e o privado em geral” (PV, 2020, p. 17). Curiosa a citação de um exemplo de captação de recursos por uma *startup* como um caso a ser seguido. A curiosidade reside no fato de citar que a empresa conseguiu a captação de 120 milhões de reais de um fundo privado e que “O investimento gerou a contratação de 100 novos profissionais” (PV, 2020, p. 24). A função ideacional estabelecida aqui se aproxima dos conceitos de coprodução e Nova Administração Pública explorados por Mattia e Zappellini (2014).

Ao relacionar os termos encontrados com a discussão acadêmica na administração pública, o termo *compliance* (citado, inclusive, como proposta de criação de um “departamento ou unidade de *compliance*” (PV, 2020, p. 10)) é explorado no artigo de Caldeira e Dufloth (2021) e o termo participação surge no

artigo de Teodósio (2010) como uma tendência nas iniciativas de gestões públicas inovadoras.

Observou-se que os principais elementos intertextuais das propostas figuram na dimensão vertical da intertextualidade, ou seja, os documentos trazem referências a outros textos produzidos pelo próprio grupo (estatuto do partido), atas de convenções e propostas de pleitos anteriores, como nota-se, por exemplo, na afirmação que o programa foi “elaborado num amplo processo criativo e coletivo, foi aprovado na Convenção Municipal do PV de Porto Alegre” (PV, 2020, p. 2). Também foram encontrados elementos intertextuais na dimensão horizontal, como citações e referências de estudos científicos e artigos jornalísticos, por exemplo, além da ampla utilização do texto legal sobre a dotação orçamentária para o ano de 2020. No aspecto constitutivo do discurso, o documento tem como identidade social, o partido político.

Relativamente às funções da linguagem do *corpus* do texto, a construção do *ethos* é voltado para virtudes de responsabilidade ambiental (função relacional). É possível entender que a função ideacional, de forma geral, se identifica mais com a classe empresarial do que com a população trabalhadora – denota-se isso, pois não há proposta de isenção de tributos até que o cidadão passe a ter um balanço positivo em suas contas, por exemplo, frente a isenção até a empresa ter lucro, citada anteriormente.

Como prática ideológica, foi possível observar que o alinhamento político descrito acima ajudou a caracterizar a retórica do conjunto do texto, apesar da bandeira histórica do PV se dar em defesa do meio ambiente, o fato de compor a base do governo Bolsonaro ganha relevância. Apesar de no eixo de Planejamento e Gestão as propostas serem muito claras a respeito da modernização da gestão, não foram encontrados elementos que caracterizassem constituição metafórica com a intenção de transformar a coisa pública em negócio. Quanto à transitividade e tema do documento, o partido não amplia a sua nomeação com a participação de outros colaboradores.

Apesar de o texto se apresentar afirmando que foi elaborado em linguagem informal visando ser acessível a toda a população, a escolha de trazer sua estrutura montada nos moldes de documentos orçamentários certamente afasta a maior parte

dos leitores. O documento soma 105 páginas com um conteúdo que mistura dados quantitativos e qualitativos sem maiores contextualizações e, quando trata do tema pandemia, o faz com o foco na retomada econômica.

No espectro da **esquerda conservadora**, foi encaixada a candidatura representada pela **coligação Porto Alegre De Novo**, composta pelo PDT, PSB e REDE. As propostas são apresentadas em uma série de treze eixos temáticos, de forma bem direta, ou seja, sem apresentação dos candidatos ou qualquer outra introdução. Ignorando-se o fato do tema “Inovação e desenvolvimento com Geração de trabalho, emprego e renda” (PDT, 2020, p. 5) aparecer no eixo “Saúde” (acreditasse que era para constar no eixo “Finança Pública”), todos os eixos são muito bem estruturados e contam com diversas propostas pontuais. Cabe destacar um elemento do personalismo da candidatura que é o fato de a candidata a prefeita ser neta do fundador e maior expoente da história do partido, o ex-governador e líder trabalhista Leonel Brizola.

As propostas trazem em seu corpo os seguintes valores morais e moralizantes: inclusão, diversidade, integração, transparência, prevenção, desenvolvimentismo, modernização/informatização, humanização e trabalhismo. Cabe destacar que desenvolvimentismo e trabalhismo são bandeiras históricas do PDT. Importante frisar que temas ligados à comunidade negra, às pessoas com deficiência etc., não aparecem somente no eixo “Porto Alegre da inclusão”, mas também nos eixos saúde, educação e outros. Se por um lado o texto se dirige a esses grupos de excluídos, por outro conversa com uma população que domina ou utiliza ferramentas informáticas para resolver seus problemas – diversas são as intenções de solução administrativa que passam pela modernização ou automatização de algum serviço da prefeitura, isso fica nítido especialmente no eixo “Orçamento público e finanças” (PDT, 2020, p. 21-22).

De forma geral, as propostas são dirigidas à classe trabalhadora e ao cidadão que se utiliza dos serviços públicos. Existem algumas sinalizações à classe empresarial, mas, via de regra, são promessas de desburocratização e facilitação de negócios (não se encontra termos como “mais liberdade para empreender”, por exemplo). Inclusive, quando toca no tema de “privatizações e concessões de uso” (PDT, 2020, p. 21), não adota uma posição prévia ou definitiva, reforçando que sua atuação e suas avaliações de cada caso serão orientadas pelos princípios do

trabalhismo pedetista – nesse aspecto, o chamamento aos princípios do trabalhismo pedetista, fica explícita a intertextualidade do conteúdo com a ideologia e as bandeiras históricas do partido. Fica evidente a intertextualidade com as bandeiras históricas ainda em outras propostas, como no eixo educação, por exemplo, onde há forte preocupação com a “mãe trabalhadora” (PDT, 2020, p. 9), ou no Programa de Ensino Técnico Gratuito, que entende que as aprendizagens devem ser “voltadas para o mundo do trabalho” (PDT, 2020, p. 11). Destaca-se que o trabalhismo é tido como uma ideologia política que tem como princípio a defesa da classe trabalhadora.

Como visto, um termo frequentemente citado entre os valores morais ou moralizantes é modernização, o que torna forçoso relacionar mais uma vez o artigo de Teodósio (2010) com o texto em tela. Por outro lado, o termo humanização aparece pela primeira vez e, como visto no artigo de Verdi, Finkler e Matias (2015), que explora a dimensão ético-estético-política como um elemento central para a linha humanizada do atendimento na saúde pública.

Observou-se que os principais elementos intertextuais das propostas figuram na dimensão vertical da intertextualidade. O texto traz referências a outras produções do partido (como suas bandeiras históricas), ao citar “os princípios do trabalhismo Pedetista” (PDT, 2020, p. 21), por exemplo. No que toca os elementos intertextuais na dimensão horizontal, são poucas as referências possíveis, caracterizando-se mais pela contextualização da situação da cidade de acordo com cada eixo temático nas propostas. A identidade social no caso do PDT é muito singular, por constituir-se um grupo com ideologia pautada pelo trabalhismo, bandeira histórica do partido.

Sobre as funções da linguagem no *corpus* do texto, a produção é voltada para a construção de um *ethos* que evoca virtudes humanistas e sociais. É possível entender que a função ideacional, no conjunto do texto, se identifica claramente com a classe trabalhadora, fazendo alguns acenos em direção à identificação com a classe empresarial – como visto no eixo de Inovação e desenvolvimento, por exemplo.

Como prática ideológica, foi possível observar que o trabalhismo e desenvolvimentismo pedetista está absolutamente contemplado no decorrer do

texto, fazendo com que as propostas sejam coerentes com suas práticas ideológicas. Não é possível observar uma constituição metafórica com a intenção de transformar a coisa pública em negócio.

Em linhas gerais, as propostas do PDT fortalecem suas bandeiras históricas, pautadas pelo trabalhismo, mas sem romper com estruturas hegemônicas de poder. Faz grandes acenos à classe empresarial ao assumir compromissos com a promoção da atividade econômica com a finalidade de gerar emprego e renda. Também leva as questões de relativas às demandas da mulher trabalhadora e saúde diante da pandemia para quase todos os eixos temáticos.

No campo da **esquerda progressista**, as propostas elaboradas pela **candidatura do PSTU** seguem o tema “Em defesa da vida, do emprego, do salário, da moradia, da renda, dos direitos e da soberania” (PSTU, 2020, p.1). É o único partido que apresenta candidatura isolada que não tem representantes na câmara federal. As propostas trazem um fortíssimo apelo classista pela defesa da classe trabalhadora e do socialismo.

É possível atribuir uma série de valores a partir do texto produzido pela candidatura, tais como: defesa da vida e do setor público, combate à exploração dos trabalhadores, integração social, universalização, democracia direta, diversidade étnico-racial e inclusão. Todas as propostas seguem o caminho de defesa da classe trabalhadora e da população pobre em oposição à classe empresarial. O conteúdo faz uma combinação de propostas e manifesto, onde não são poupadas críticas à condução da cidade, ao então prefeito e ao sistema capitalista.

Embora o documento pontue diversas áreas de atuação, essas ações são descritas de forma genérica, como uma carta de intenções. É possível vislumbrar tanto em itens como “conselhos populares: trabalhadores no comando” (PSTU, 2020, p. 16) – que é um excelente texto em defesa da democracia direta, onde é afirmado que o consagrado Orçamento Participativo irá deliberar sobre todo o orçamento e não somente sobre uma pequena fatia das receitas públicas –, quanto em itens como “mobilidade urbana” – onde afirma que “haverá transporte em todos os horários, em todos os lugares e acessível a todos” (PSTU, 2020, p. 14) – que as ideias são direcionadas à população como um todo, mas que soam impraticáveis (“todos os horários, todos os lugares”).

É bom reafirmar que coletividade ganha sentidos diferentes para os partidos de esquerda e para os partidos de direita. A coletividade, para a direita, reside nas ações individuais, onde considera que se cada indivíduo cuidar de fazer o bem, garantirá o bem do coletivo. O oposto é observado no sentido de coletividade para os partidos de esquerda, que consideram que o bem coletivo é condição primordial para o bem individual (REALE, 1969).

Difícil encontrar nas propostas do PSTU termos que estejam explicitados nos artigos no estado da arte, no entanto, entende-se que os termos apresentados fazem direta defesa do bem comum. Nesse aspecto, da defesa do bem comum, as propostas se relacionam com o artigo produzido por Azevedo, Barbosa e Barbosa (2020), que defendem que ética está fortemente ligada ao sentimento público de cidadania. É também ao citar o termo defesa da democracia direta, que as propostas do PSTU encontram os argumentos de Azevedo, Barbosa e Barbosa (2020), que entendem que o conceito de cidadania está ligado à preocupação com a coisa pública.

Os elementos intertextuais do conjunto do texto figuram tanto na dimensão vertical da intertextualidade, quanto na dimensão horizontal, quer dizer, o texto traz referências claras a outros textos produzidos pelo partido, assim como suas bandeiras históricas, referências a lutas internacionais, estudos – como o citado “estudo encomendado pelo SIMPA” (PSTU, 2020, p. 6) – e a artigos jornalísticos que jogam luzes sobre os escândalos da gestão municipal, por exemplo. No aspecto constitutivo do discurso, o texto tem como identidade social o grupo político que as produziram.

No que diz respeito às funções da linguagem do *corpus* do texto, é possível entender que a produção constrói um *ethos* voltado para as mais altas virtudes revolucionárias (função relacional) – como é possível ver no item “Contra as privatizações: DMAE público e controlado pelos trabalhadores” (PSTU, 2020, p. 8), por exemplo. É possível entender que a função ideacional, nas propostas de forma geral, se identifica absolutamente com a classe trabalhadora. Como prática ideológica, o conjunto textual permite concluir que não carrega nenhum elemento retórico de acordo com suas práticas e bandeiras históricas. No que diz respeito à transitividade e tema das propostas, o partido não ampliou sua nomenclatura. A fim de

exemplificar a função ideacional presente nas propostas do PSTU, faz-se, então, uma citação integral do último parágrafo.

Porto Alegre tem que levantar a bandeira do apoio às lutas dos trabalhadores e indígenas chilenos, argentinos e equatorianos, dos trabalhadores venezuelanos contra a ditadura de Maduro, dos negros e negras dos Estados Unidos contra Trump, dos trabalhadores europeus contra a política de austeridade e extermínio social da União Europeia, dos trabalhadores e do povo palestino contra a ocupação e o apartheid do Estado de Israel, dos trabalhadores chineses contra a ditadura de Xi Jinping e seus magnatas capitalistas, dos trabalhadores e dissidentes russos contra a autocracia de Putin e sua gangue. (PSTU, 2020, p.18)

Única candidatura sem representação na Câmara federal, o PSTU apresentou propostas que, embora delineadas de forma geral, revelam críticas à gestão municipal e ao sistema capitalista. Seu conteúdo denota uma identidade política marcada pela defesa do bem coletivo e da classe trabalhadora, alinhando-se com abordagens éticas e cívicas.

A candidatura apresentada pela **coligação Movimento Muda Porto Alegre**, composta por PCdoB e PT. Foi a primeira vez que o Partido dos Trabalhadores não liderou a chapa, desde sua primeira participação no pleito municipal. São dois partidos dos três que mais votaram contra as indicações do líder do governo federal na Câmara, quer dizer, que mais atuaram como oposição ao governo. O documento é apresentado utilizando-se de recurso de autoridade, tanto pela autorização do discurso – quando nomeia expoentes políticos que governaram a cidade, como é possível observar na frase “Não aceitamos que na capital da democracia e da participação de Olívio Dutra, Tarso Genro, Raul Pont e João Verle, hoje prevaleça o conflito, a exclusão e o abandono” (PCdoB, 2020, p. 1) – quanto pela afirmação de ter promovido um diálogo com mais de 7 mil pessoas – formando assim uma larga base que compôs as propostas.

A apresentação dos valores está diluída ao longo do texto e é possível entender que as diretrizes morais são: democracia, igualdade, diálogo, eficácia, descentralização, pluralidade e poder público como motor econômico. Estes valores são condizentes com o histórico de ambos partidos tanto em sua atuação à frente do executivo à sua época, quanto pela oposição diante do então governo. É de se notar que as propostas são muito bem delineadas e pontuais, faltando somente os planos de ação correspondentes. Ao demonstrar esse detalhamento, o texto passa a mensagem de que os produtores das propostas sabem muito bem o que estão

fazendo e o que querem fazer, ampliando assim o recurso de autoridade – nesse caso uma autoridade técnica, estratégica, etc. Mais uma vez é importante frisar que o dos valores citados pela direita e pela esquerda têm sentidos diferentes e são construídos de formas diferentes – pois o liberalismo tem em sua gênese a ação individual como premissa para o bem coletivo.

As propostas elaboradas pela coligação dão especial atenção à educação pública – como é possível visualizar nos itens “Por uma Escola Plural e Comunitária: a escola como o lugar mais legal da cidade” e “Elevar a escola pública ao mais alto grau de importância social” (PCdoB, 2020, p. 13), por exemplo. Esse é um aspecto que o texto traz a pluralidade como valor importantíssimo, pois enaltece a importância social que a escola tem, o que aparece em diversas de suas propostas para esta área. Igualdade é outro termo importante que aparece constantemente nas propostas da candidatura, pois simboliza um valor moral que amplia e fortalece a ideia de democracia ao ser utilizado tanto em propostas de políticas voltadas especialmente para mulheres quanto nas propostas antirracistas – como é possível notar no item “Porto Alegre de todas as cores, território livre do racismo” (PCdoB, 2020, p. 22), por exemplo.

É preciso lançar um olhar de curiosidade sobre a prefeitura como facilitadora da retomada econômica – “O poder público municipal atuará como parceiro e facilitador na retomada da atividade econômica” (PCdoB, 2020, p. 2). Com exceção dos grandes eixos saúde, educação e segurança, as propostas quase todas vêm acompanhadas de algum aceno à classe empresarial, seja nas propostas de políticas para mulheres – como é possível notar nos eixos “Implementar 03 (três) Casas da Mulher de Porto Alegre” a preocupação com a “inclusão produtiva”, no “Instituir o Programa Mulher Poder Local” os termos “parceria com geração de emprego e renda” e no “Programa Empresa Amiga das Mulheres” (PCdoB, 2020, p. 19) – seja nas propostas para esporte e lazer, por exemplo. Essa característica pode ser enquadrada nos contornos conceituais de coprodução e Nova Administração Pública, que Mattia e Zappellini (2014) que delineiam em seu artigo.

No que diz respeito ao termo eficácia, entende-se que as propostas que utilizam esse vocábulo assumem um caráter mais gerencialista, assim como abordado no artigo de Santos, Serafim e Lorenzi, (2018). Sobre o termo poder

público como motor econômico, faz-se relação não a um único artigo, mas ao grupo Mercado, gestão e poder público (capítulo 4).

Observou-se que os principais elementos intertextuais das propostas que configuram uma dimensão vertical da intertextualidade são aqueles que conversam com as lutas históricas dos partidos de esquerda e também ao criar todo um arcabouço ideológico ao citar alguns nomes de lideranças políticas relevantes desse espectro político. Na composição da dimensão horizontal, é possível observar que a apresentação de dados relacionados a situação atual da cidade é bastante utilizada, assim como a construção de críticas ao modelo de gestão por Marchezan. Em termos amplos, dentro dos aspectos constitutivos do discurso, as propostas têm como identidade social um partido político.

Sobre as funções da linguagem do *corpus* do texto, a função relacional é construída a partir da identificação dos valores morais constantes nas propostas com os ideários do eleitorado da esquerda, ou seja, na construção de um *ethos* voltado para as virtudes humanas e sociais, não sendo possível atribuir uma característica retórica à constituição do texto. É possível entender que a função ideacional no conjunto do documento, então, se identifica mais com a classe trabalhadora.

A partir daí, mesmo que existam diversas propostas que acenam com um ímpeto conciliador com a classe empresarial, é possível concluir que a maioria delas são direcionadas ao trabalhador e ao cidadão que se utiliza dos serviços públicos. Como prática ideológica, de forma geral, os termos das propostas estão de acordo com suas práticas e também não foi possível encontrar uma constituição metafórica gerencialista sobre a máquina pública no conjunto das propostas.

No que diz respeito à transitividade e tema das propostas, em vista de o grau de nomeação ser uma característica final da transitividade, a candidatura assume ter elaborado as propostas com um grupo maior que seu partido e sua coligação, afirmando ter ampliado sua nomeação ao citar que construiu suas propostas a partir de reuniões que somaram a contribuição de mais de sete mil pessoas.

A candidatura apresentada pela Frente Popular, elabora um texto que encontra as bandeiras históricas dos partidos que a compõe –defesa da saúde e educação públicas, dos trabalhadores e das populações mais afetadas pela falta de

serviços públicos. Faz também forte oposição tanto ao governo Marchezan, quanto ao governo Bolsonaro. E, apesar de utilizar algumas escolhas lexicais que encontram o entendimento da Nova Administração Pública, não é possível concluir que o conjunto de suas ideias busca privilegiar esse tipo de visão da gestão pública. Também cabe destacar a importância que o grupo dá aos cuidados com a população no que diz respeito à pandemia.

A candidatura apresentada pela **coligação Porto Alegre Pede Coragem**, é composta por PSoL, PCB e UP. O texto assume ter sido construído a partir de uma base das propostas apresentadas no pleito anterior (2016) e reeditado a partir de grupos de trabalho temáticos que contaram com a participação de mais de 600 pessoas. O documento soma 133 páginas, caracterizando-se como o mais polpudo volume textual dentre todas as candidaturas, o que é justificado pela minúcia e detalhamento ao apresentar tanto as propostas, quanto o panorama orçamentário da cidade e uma diversidade de índices, mapas, quadros e tabelas sobre as características do município. O texto também se utiliza de recurso de autoridade, ao citar figuras políticas de consagrada luta popular, assim como a atuação política da candidata à prefeita.

Os valores morais ou moralizantes são: coragem, luta contra o fascismo, democracia real e direta, unidade, altivez, respeito, combate à discriminação, combate à corrupção, coletividade e mobilização popular. No que toca à unidade, o discurso faz observação de que “unidade não é adesismo. Unidade é composição de campos distintos” (PSOL, 2020, p. 3), se referindo às tentativas frustradas (anteriores à homologação das coligações) de compor uma coligação com a Frente Popular formada por PCdoB e PT, por afirmar que essa coligação primava por métodos de decisão pelas cúpulas partidárias. Segundo levantamento de Frey (2020), o PSoL foi o partido que apresentou o menor alinhamento com as políticas federais na Câmara, enquanto PCB e a UP não têm representação legislativa, mas são reconhecidos partidos da esquerda revolucionária, o que reforça o entendimento de luta contra o fascismo e a extrema direita, afastando-se assim a possibilidade de caracterizar o conteúdo moral como discurso retórico. Ainda no que toca à retórica, é importante ressaltar que o discurso se distancia um pouco das demais candidaturas que afirmam querer governar a cidade com toda a população, dizendo que a pretensão é “ao lado da maioria da população” (PSOL, 2020, p. 3).

O conteúdo do documento não poupa críticas à condução da prefeitura pelo também candidato Marchezan, seja apontando os indícios de corrupção encontrados pela CPI realizada pela câmara de vereadores (PSOL, 2020, p. 27), seja pela demonstração do diagnóstico das finanças públicas municipais apresentadas de forma detalhada em quase vinte páginas do documento (PSOL, 2020, p. 5-23). O documento traz tanto uma carta de intenções, quanto planos de ação detalhados. É importante ressaltar que o documento se destina à população periférica, aos trabalhadores e servidores públicos, fazendo acenos também aos microempreendedores e microempresários – neste aspecto, a partir da análise da transformação do perfil econômico, considerando a tendência de encolhimento da indústria e crescimento do setor de serviços.

Um dos termos trazidos nas propostas do PSoL é coragem, escolhido inclusive no nome da coligação. Esse termo se relaciona diretamente com uma das virtudes elencadas no artigo de Ames, Serafim e Martins (2022). O termo combate à corrupção encontra relação direta com o grupo *compliance*, integridade e corrupção, onde Caldeira e Dufloth (2021), por exemplo, desenham os contornos do conceito de *compliance* e atribuem suas novas áreas de interesse como ferramentas fundamentais no combate à corrupção.

Observou-se elementos intertextuais nas propostas que figuram tanto na dimensão vertical da intertextualidade, quanto na horizontal. Na dimensão vertical, o principal elemento é a afirmação que o texto base do documento são o conjunto das propostas apresentadas no pleito anterior – “Um processo que combina o acúmulo do programa de 2016” (PSoL, 2020, p. 4). Na dimensão horizontal, a coligação afirma que a construção/atualização da proposta apresentada teve a colaboração de diversos grupos temáticos “grupos de trabalho temáticos que reuniram mais de 500 pessoas” (PSoL, 2020, p. 4). Isso leva a entender que a própria constituição do texto atual relaciona as duas dimensões da intertextualidade citadas, ao relacionar um texto prévio (construído no pleito anterior) e uma coleção de textos com as demandas dos grupos temáticos. Além disso, o documento também utiliza outras formas intertextuais na dimensão horizontal quando elabora análises sobre a situação da cidade comparando diversos índices e dados extraídos de variadas fontes (institutos, produções jornalísticas, etc.). No que diz respeito aos aspectos

constitutivos do discurso, as propostas têm como identidade social, obviamente, o grupo político que compõe a coligação.

No que toca às funções da linguagem do *corpus* do texto, é possível concluir que, a função relacional tende a construção de um *ethos* voltado para virtudes como resistência, luta e combate às desigualdades – como é possível notar na frase “Porto Alegre precisa ser uma trincheira de luta contra o projeto fascista, que coloca nas costas do povo o custo da crise e ainda tenta reprimir e proibir a luta por melhorias” (PSoL, 2020, p. 3), por exemplo – o que se relaciona diretamente com o histórico social e político dos partidos que constituem a coligação. É possível entender que a função ideacional se identifica diretamente com a classe trabalhadora. Como prática ideológica, assim como as demais candidaturas de esquerda, de forma geral, as propostas estão de acordo com suas práticas ideológicas.

Não é possível atribuir qualquer constituição metafórica com a intenção de transformar a coisa pública em negócio, como visto na maioria das propostas da direita, por exemplo. E, no que diz respeito à transitividade, o documento afirma ter tido a contribuição de um grupo maior que sua coligação, quer dizer, que ampliaram a nomeação e foram produzidos em nome de um coletivo.

Como dito anteriormente, esse é o documento que conta com o maior número de páginas dentre todos os documentos estudados (uma das características mais marcantes), mas é a qualidade e quantidade de análises técnicas que a candidatura elabora que chama mais a atenção. Depois de apresentar uma espécie de carta de intenções, tanto na forte defesa das bandeiras históricas da esquerda, quanto no combate ao fascismo e à extrema direita, as propostas passam a ser construídas de forma detalhada e quase chegam a apresentar planos de ação minuciosos.

Observou-se que os principais elementos intertextuais das propostas figuram na dimensão vertical da intertextualidade, ou seja, os documentos trazem referências a outros textos produzidos pelos mesmos grupos como: estatutos dos partidos, atas de convenções e propostas de pleitos anteriores. Os principais elementos intertextuais na dimensão horizontal são citações e referências de estudos científicos e artigos jornalísticos. De forma geral, dentro dos aspectos constitutivos do discurso, as propostas têm como identidade social, obviamente, um grupo político (um partido) – o que facilitou a análise nesse Trabalho, por

constituírem-se grupos com ideologias bem delimitadas e lutas políticas e econômicas conhecidas historicamente.

No que diz respeito às funções da linguagem dos *corpora* dos textos, foi preciso ter em foco duas questões: são produções rebuscadas e voltadas para uma narrativa moral ou moralizante, que pretendem construir um *ethos* voltado para as mais altas virtudes (função relacional); e são organizações com histórico social e político consagrado (que auxilia na construção da identidade). Em outras palavras, para a análise das propostas foi preciso considerar o conjunto contextual no qual cada texto é produzido (os grupos que as produziram e suas relações históricas com política e a sociedade). Por exemplo, um texto de um partido da direita conservadora que pretende construir uma identidade de bem estar social é um texto incoerente – lembrando que coerência é propriedade do intérprete, segundo Fairclough (2016). É possível entender que a função ideacional, nas propostas de forma geral, se identifica mais com a classe empresarial do que com a população trabalhadora. Tendo um deslocamento dessa caracterização em direção à identificação com os trabalhadores pelas candidaturas de esquerda.

A partir daí, é possível concluir que a maioria das propostas são direcionadas ao empresariado, ou ao empreendedor/investidor. As candidaturas da esquerda, que no conjunto das propostas conversam mais com o trabalhador do que com o empresariado, em maior e menor grau – exceção feita à candidatura do PSTU, que não faz nenhum aceno à classe empresarial. Como prática ideológica, foi possível observar que os alinhamentos políticos descritos em cada uma das propostas ajudaram a desconstruir a retórica do conjunto textual da maioria das candidaturas de direita – exceção feita àquelas que explicitamente propuseram benefícios à classe empresarial. Os textos das candidaturas da esquerda, de forma geral, estão de acordo com suas práticas ideológicas.

Especialmente no campo ideológico da direita, foi observado que a constituição metafórica tem a intenção de transformar a coisa pública em negócio, como visto em propostas do Progressistas e do PSDB, por exemplo. Atribuir a racionalidade gerencial sobre a gestão pública também tem uma função identitária e ainda cumpre um papel ideológico, pois parte do imaginário liberal quer ver a lógica das organizações privadas sendo aplicadas nas organizações públicas.

No que diz respeito à transitividade e tema das propostas, em vista de o grau de nomeação ser uma característica final da transitividade, são apenas três documentos que assumem ter elaborado as propostas com um grupo maior que seu partido ou sua coligação, quer dizer, que ampliaram a nomeação e são produzidos em nome de um coletivo.

Montado esse cenário, entende-se necessário fazer mais algumas relações entre as propostas estudadas e o estado da arte na discussão acadêmica. Os artigos do grupo *Compliance*, integridade e corrupção encontram eco em quase todas as propostas, principalmente pelo apelo popular de combate à corrupção. O grupo Conduta dos agentes públicos e formação profissional, que teve grande relevância no levantamento dos artigos, encontrou relação com propostas que personificavam as soluções de gestão para o município (no caso da conduta dos agentes públicos) e, no caso da formação profissional, naquelas propostas que mencionavam a qualificação continuada dos agentes e servidores públicos. O grupo Mercado, gestão e poder público, relacionou-se principalmente com as propostas que mostraram uma visão gerencialista da coisa pública. Os demais grupos foram pouco relacionados com os termos encontrados nas propostas.

8 CONCLUSÃO

Este Trabalho teve como objetivo analisar a intertextualidade entre o discurso sobre ética, moral e moralidade constante nas propostas de governo e o estado da arte na produção acadêmica sobre administração pública no Brasil. Mesmo que seja óbvio, é importante ressaltar que as propostas não são os únicos instrumentos de propaganda, existem outras formas de discurso político nesse ambiente, gerando possibilidades diferentes de estudos sobre gestão municipal e discursos moralizantes. No entanto, esses documentos, seja pela natureza da produção (são produzidos pelos partidos), seja pela hospedagem (página do TSE), garantem a identidade e o alcance a qualquer tempo, permitindo compará-los com textos futuros e pretéritos, de acordo com os objetivos que se pretende atingir.

Bom lembrar que tanto a análise crítica do discurso, quanto a ética como instrumentos de avaliação, permitem o pesquisador (o sujeito avaliador) deixar clara sua posição diante do contexto a ser estudado. Foi possível encontrar diversos elementos textuais nas propostas que constituem valores morais ou moralizantes. No entanto, de forma geral, o conteúdo das propostas pouco se relaciona com o debate acadêmico sobre o tema nas ciências administrativas. Exceções são feitas aos valores que fazem referência à Nova Administração Pública – principalmente nos discursos modernizantes e renovadores da gestão da cidade – e nos discursos anticorrupção. Uma característica que chama a atenção nas propostas dos grupos ligados às ideologias liberais é que os discursos moralizantes sobre valores humanos e sociais são quase que totalmente retóricos.

Entende-se que a questão “a partir da intertextualidade associada ao estado da arte sobre o tema na Administração Pública, quais são os discursos sobre ética, moral e moralidade nas propostas de governo apresentadas?”, que motivou esse trabalho, foi respondida de forma a demonstrar que os diversos valores morais ou moralizantes constantes nas propostas, mesmo que se identifiquem nominalmente, trazem uma diferença enorme sob a ótica da identificação ideológica de cada um dos grupos que participaram do pleito.

Frente ao conjunto textual do REPUBLICANOS, foi possível compreender que a característica retórica do documento é nítida, não sendo possível atribuir as virtudes pessoais do candidato enquanto esportista e agente político ao conjunto do

grupo político do qual ele faz parte. Acredita-se que essa tenha sido uma das estratégias do partido para criar uma certa proximidade entre os autores e o eleitorado.

De forma geral, as propostas apresentadas pelo Progressistas são coerentes com sua linha ideológica e cumprem o papel hegemônico que se espera dos grupos liberais. No entanto, é bom notar que as diversas críticas feitas à gestão Marchezan demonstram que esses grupos não tem encontrado um consenso no momento de escolher seus representantes.

O documento do MDB mostra nitidamente que a produção textual foi na direção de mostrar a pandemia como oportunidade. Não existe única linha sobre vacinação, ou cuidados com a saúde diante da maior crise de saúde do mundo recentemente. Isso denota um forte aceno ao eleitorado bolsonarista. De forma geral, são diversos os sinais enviados à extrema direita: citar as escolas cívico-militares como modelo a ser seguido, escolhas lexicais como aparelhamento político-ideológico e a afirmação da redução de impostos, por exemplo, andam no mesmo trilho que os valores do bolsonarismo.

As propostas elaboradas pelo PSDB mostram um grupo intimamente ligado aos valores e aos ideais da extrema direita. Ao falar da pandemia, apenas abordam os reflexos econômicos da crise sanitária, não apresentando nenhuma proposta para mitigar os efeitos da contaminação e propagação do vírus. Os valores anticorrupção e aliança com a sociedade, por exemplo, não passam de recursos retóricos. Talvez a única proeza que a gestão Marchezan tenha conseguido, seja a de receber críticas de todos os participantes do pleito, inclusive de antigos aliados.

Dadas as circunstâncias exploradas na candidatura do PSD, não é exagero dizer que causa repulsa tamanha desfaçatez. A produção do documento traz uma retórica riquíssima em teor humano e social, mas diante do quadro exposto, considera-se que o conjunto da obra ganha a característica mais imoral dentre todas as propostas estudadas.

O documento elaborado pelo PROS apresenta as propostas de forma direta e pontualmente, não deixando margem para elaboradas contextualizações. Dito isso, e diante do cenário de crise sanitária, é impressionante que a candidatura não fez nem uma menção à pandemia, bastando-se em reafirmar as obrigações

constitucionais de aplicação das políticas públicas de saúde elaboradas pelas esferas estadual e federal.

Apesar de o texto do PV se apresentar afirmando que foi elaborado em linguagem informal visando ser acessível a toda a população, a escolha de trazer sua estrutura montada nos moldes de documentos orçamentários certamente afasta a maior parte dos leitores. O documento soma 105 páginas com um conteúdo que mistura dados quantitativos e qualitativos sem maiores contextualizações e, quando trata do tema pandemia, o faz com o foco na retomada econômica.

Por fim, enfatiza-se que é uma característica dos grupos da direita trazer valores que remetem uma noção de comunidade junto a valores de fortalecimento do mercado, não só como espaço de realização humana, mas também como da coisa pública, convertendo o executivo municipal em um *player* do mercado.

Em linhas gerais, as propostas do PDT fortalecem suas bandeiras históricas, pautadas pelo trabalhismo, mas sem romper com estruturas hegemônicas de poder. Faz grandes acenos à classe empresarial ao assumir compromissos com a promoção da atividade econômica com a finalidade de gerar emprego e renda. Também leva as questões relativas às demandas da mulher trabalhadora e saúde diante da pandemia para quase todos os eixos temáticos.

Dos partidos que lideram as chapas, o PSTU, única candidatura sem representação na Câmara federal, apresentou propostas que, embora delineadas de forma geral, revelam críticas à gestão municipal e ao sistema capitalista. Seu conteúdo denota uma identidade política marcada pela defesa do bem coletivo e da classe trabalhadora, alinhando-se com abordagens éticas revolucionárias e cívicas.

A candidatura apresentada pela Frente Popular, liderada pela figura de Manuela D'Ávila, elabora um texto que encontra as bandeiras históricas dos partidos que a compõe – defesa da saúde e educação públicas, dos trabalhadores e das populações mais afetadas pela falta de serviços públicos. Faz também forte oposição tanto ao governo Marchezan, quanto ao governo Bolsonaro. Em que pesem algumas escolhas lexicais que vão ao encontro de termos e lógicas típicos da Nova Administração Pública, não é possível identificar o compartilhamento de valores tipicamente liberais ou progressistas, além do endereçamento das propostas serem bastante dúbios, para a população em geral e o empresariado. Também cabe

destacar a importância que o grupo dá aos cuidados com a população no que diz respeito à pandemia.

A chapa liderada pelo PSoL apresentou o documento que conta com o maior número de páginas dentre todos os estudados, mas é o detalhamento e a profundidade das análises técnicas que a candidatura elabora que chama mais a atenção. Depois de apresentar uma espécie de carta de intenções, tanto na forte defesa das bandeiras históricas da esquerda, quanto no combate ao fascismo e à extrema direita, as propostas passam a ser construídas de forma detalhada e beiram a minúcia de planos de ação.

Com isso, conclui-se que o estudo da intertextualidade das propostas de governo traduz elementos importantes nas formulações sobre ética, moral e moralidade no campo da administração pública. No caso em estudo, as propostas são pouco relacionadas com os temas ética, moral e moralidade discutidos na academia. Em outras palavras, dentro do espectro do discurso político, ficou evidente que falta a instrumentalização do conhecimento acadêmico, suas demandas e conclusões, tanto no que diz respeito à ética, moral e moralidade, quanto nos temas levantados no estado da arte.

Por fim, entende-se que os resultados do presente Trabalho podem contribuir para aqueles que exploram os estudos organizacionais sob o prisma da ética. Além disso, entende-se que esse trabalho contribui para o enriquecimento do tema nas ciências sociais e políticas a partir do interesse daqueles que analisam discursos políticos.

Diante da complexidade do tema e das ferramentas de análise, o Trabalho se limitou a buscar elementos de valor moral no objeto de estudo, podendo ter deixado de enfatizar alguns aspectos de relevância para o campo de públicas (como dotação orçamentária, por exemplo). Também se entende que o campo da filosofia da moral teve que se limitar a uma instrumentalização da produção intelectual nessa esfera do conhecimento, deixando de lado imensas contribuições de ícones da filosofia moderna, contemporânea e analítica na investigação sobre a origem da moral e suas relações com a sociedade. No entanto, essas mesmas limitações apontam espaços para futuras pesquisas.

É importante ressaltar que todo o caminho metodológico percorrido permite e garante a exequibilidade da pesquisa, claro, considerando-se os elementos subjetivos os quais já foram enfatizados tanto por Sánchez Vázquez (2020) e Fairclough (2016).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo, 2021.

ALMEIDA, Filipe Jorge Ribeiro de. **Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais**. Revista de Administração Contemporânea, setembro de 2007.

AMES, Maria Clara F. dalla Costa; SERAFIM, Mauricio C.; MARTINS, Felipe Flôres. **Análise de Escalas e Medidas de Virtudes Morais: uma revisão sistemática**. Revista de Administração Contemporânea, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/ij/rac/a/zkkkfGsJ9bpX33JmjkcvtzNc/?lang=pt>>. Acesso em 30 de junho de 2023.

ANDRADE, J.; HAMZA, K. M.; XARA-BRASIL, D. M. **Business ethics: international analysis of codes of ethics and conduct**. Revista Brasileira de Marketing, 2017. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/51514/o-uso-das-tecnologias-sociais-como-metodo-de-pesquisa-em-estudos-transformativos-do-consumidor>>. Acesso em 19 de junho de 2023.

ANTUNES, Larissa Dulce Moreira. **Ética, Moral e Direito nas Políticas Públicas: Uma cooperação necessária**. Revista Andina De Estudios Políticos (2022). Disponível em: <<https://www.iepa.org.pe/raep/index.php/ojs/article/view/207>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, 2009.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo, 2015.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo, 2017.

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de; UONO, Adriana; ALLEGRI, Juliano. **Os padrões éticos da propaganda na América Latina**. Revista de Administração de Empresas, março de 1996. Disponível em: <<https://www.scielo.br/ij/rae/a/Jn5GsrpgLVJWVSz6tq3D7kp/?lang=pt>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

AZEVEDO, B. A.; BARBOSA, E. M.; BARBOSA, M. F. N. **Ética na Administração Pública: Uma Análise da Percepção da Comunidade Universitária do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Campina Grande**. Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, 2020. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/56813/etica-na-administracao-publica--uma-analise-da-percepcao-da-comunidade-universitaria-do-centro-de-ciencias-biologicas-e-da-saude-da-universidade-federal-de-campina-grande>>. Acesso em 29 de junho de 2023.

BENCKE, F. F.; ROESCH, S. M. A.; OLEA, P. M. **Ética nos negócios: o caso da Ar Consultoria Ltda**. Administração: Ensino e Pesquisa, 2014. Disponível em:

<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/31577/etica-nos-negocios--o-caso-da-ar-consultoria-ltda>>. Acesso em 28 de junho de 2023.

BERGUE, S. T. **Ética, códigos de conduta e integridade na administração pública brasileira**. Administração Pública e Gestão Social, 2022. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/68964/etica--codigos-de-conduta-e-integridade-na-administracao-publica-brasileira>>. Acesso em 28 de junho de 2023.

BERGUE, S. T. **Ética como competência: interseções entre a administração e a filosofia**. Revista Gestão & Planejamento, 2022. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/66645/etica-como-competencia--intersecoes-entre-a-administracao-e-a-filosofia->>. Acesso em 29 de junho de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 04 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 1.171, de 22 de junho de 1994**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em 19 de junho de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em 19 de junho de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.303, de 30 de junho de 2016**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm>. Acesso em 19 de junho de 2023.

CALDEIRA, Marcos; DUFLOTH, Simone Cristina. **A lei das estatais e as diretrizes internacionais: convergências para o estado da arte em integridade, compliance e anticorrupção**. Cadernos Ebape.Br, novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/L8BvHSjF6pLYq76LhmjmZmL/?lang=pt>>. Acesso em 19 de junho de 2023.

CAMARA, Guilherme Dornelas. **Consideraciones cerca de la ética em los estudios organizacionales críticos latinoamericanos**. Read. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre), dezembro de 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/read/a/tfHHq5txYqHPyHMc8XMqPGP/?lang=es#>>. Acesso em 22 de junho de 2023.

CASTRO, Denise Gutierrez; KUBO, Edson Keyso de Miranda; FARINA, Milton Carlos. **A atuação de administradores de empresas em órgãos públicos: a identificação organizacional diante de uma formação voltada a negócios**. Cadernos Ebape, junho de 2018. Disponível em

<<https://www.scielo.br/j/cebape/a/8tVXntRJvTfDscVP7vVP5Rg/?lang=pt>>. Acesso em 29 de junho de 2023.

CHANLAT, Jean-François. **Repensar as Organizações e a Sociedade a partir da Ética**. Organizações & Sociedade, janeiro de 2022. FapUNIFESP (SciELO).

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/osoc/a/8cNSrmqvjsxh7w4Dw8nKTxD/?lang=pt>>. Acesso em 03 de junho de 2023.

CONILL, Eleonor Minho; PIERALISI, Christiano Augusto; PERES, Marco Aurélio de Anselmo; CASTILHOS, Clair; ORTIGA, AngelaBlatt; LI, Telma Tibes Rodrigues; NASCIMENTO, Suely. **O homem público em julgamento: avaliação da aplicação da técnica**. Cadernos de Saúde Pública, outubro de 1998. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csp/a/VfXVzMMpLK8KC47n5MGNVQB/?lang=pt>>. Acesso em 30 de junho de 2023.

CORTIZO, Mariadel Carmen. **Administração de justiça e construção de hegemonia**. Revista Katálysis, junho de 2006. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rk/a/vf8qDwWXVhcQYzZgSY8NKQ/?lang=pt>>. Acesso em 13 de julho de 2023.

CRUZ, Márcio Rojas da; CORNELLI, Gabriele. **What can the philosophy of science contribute to the ethics of science and technology?** Revista Bioética, abril de 2016. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/bioet/a/g33GfWgVjbbwdPWxyKwmhLG/?lang=en>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

CURY, M. Z. F. Intertextualidade. In: FRADE, I. C. A. S; VAL, M. G. C.; BREGUNCI, M. G. C. **Glossário CEALE: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2014, online.

Disponível em:

<<https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/intertextualidade>>. Acesso em: 02 de setembro de 2023.

DIAS, Maria. **Pesquisa mostra que 83% estão insatisfeitos com democracia no Brasil**. Folha de São Paulo. São Paulo, 29 de abril de 2019. Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/pesquisa-mostra-que-83-estao-insatisfeitos-com-democracia-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2022.

DOMINGUES, IVAN. **O intelectual público, a ética republicana e a fratura do éthos da ciência**. Scientiæzudia, 2011. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ss/a/pH7wRh3cD68xDfYfmmJznpS/?lang=pt#>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília, 2016.

FERREIRA, C. A.; BOAS, A. A. V.; FERREIRA, P. A.; CARVALHO, E. G. **A Felicidade da População sob o Ponto de Vista da Gestão Pública**. Reuna, 2019.

Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/55850/a-felicidade-da->

populacao-sob-o-ponto-de-vista-da-gestao-publica>. Acesso em 28 de junho de 2023.

FONSÊCA, Francisco R. B.; DOURADO, Débora C. P. **Uma apreciação crítica da abordagem de caráter científico dominante da justiça organizacional.** RAM - Revista de Administração Mackenzie. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ram/a/cbxNMqrVWdKk8T6HF4qFnxr/?lang=pt#>>. Acesso em 28 de junho de 2023.

FOSSÁ, M. I. T.; SGORLA, F. **O discurso da ética na gestão contemporânea: a responsabilidade social nos relacionamentos organizacionais.** GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, 2011. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/942/o-discurso-da-etica-na-gestao-contemporanea--a-responsabilidade-social-nos-relacionamentos-organizacionais>>. Acesso em 13 de julho de 2023.

FREITAG, B. **Ética na administração pública.** Revista do Serviço Público, 2005. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/35855/etica-na-administracao-publica>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

FREITAS, Edna Estelita Costa; SCHRAMM, Fermin Roland. **A moralidade da alocação de recursos no cuidado de idosos no centro de tratamento intensivo.** Revista Brasileira de Terapia Intensiva, dezembro de 2009. Acesso em 13 de julho de 2023.

FREY, João. **Exclusivo: os 12 partidos que formam a base fiel do governo na câmara.** Congresso em foco. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/exclusivo-os-12-partidos-que-formam-a-base-fiel-do-governo-na-camara/>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

GEMELLI, I. M. P.; FILIPPIM, E. S. **Gestão de pessoas na administração pública: o desafio dos municípios.** RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia, 2010. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/37630/gestao-de-pessoas-na-administracao-publica--o-desafio-dos-municipios>>. Acesso em 30 de junho de 2023.

GERMANO, I. M. P.; SÁ, D. R. **O discurso pastoral-gerencial em O monge e o executivo.** Psicologia em Estudo, janeiro/março de 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/pVwdTLKqjNbQ8T7GQy89Yff/?lang=pt>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

GODOY, Ana Luiza; MAROCCO, Marco Aurélio. **CPI da gestão Marchezan recomenda indiciamento do prefeito e mais duas pessoas.** Câmara Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, 2020. Disponível em <<https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/cpi-da-gestao-marchezan-recomenda-indiciamento-do-prefeito-e-mais-duas-pessoas>>. Acesso em 07 de agosto de 2023.

GOMES, Nanci Fonseca. **Ética na administração pública: desafios e possibilidades.** Revista de Administração Pública, agosto de 2014. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rap/a/FT67mCdrMrgd5tv3bMSBSqt/?lang=pt>>. Acesso em 29 de junho de 2023.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel – As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. Porto Alegre, 1980.

HIRSCHBERGER, Johannes. **História da filosofia na antiguidade**. São Paulo, 1969.

LEONEL JUNIOR, R. S.; SILVA, A. M. A.; AZEVÊDO, A. **Maquiavel e administração: possíveis implicações do conceito de virtude para o administrador**. Caderno de Administração, 2009. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/64267/maquiavel-e-administracao--possiveis-implicacoes-do-conceito-de-virtude-para-o-administrador>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica**. São Paulo, 2018.

LUGON, Luiz Carlos de Castro. **Ética da administração pública em juízo**. Porto Alegre, 2006. Disponível em <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2432/1/000388544-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em 05 de abril de 2023.

MARINI, R. M. **Dialéctica de l'adependència**. México: Ediciones Era, 1991. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/55046.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2022.

MARTINS, Isis Ribeiro. **Moralidades e atos de fala em serviços de apoio emocional: modalidades laicas da confissão e do testemunho?** Religião & Sociedade, dezembro de 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rs/a/KpqyxbZyfqbqvsRy7g7yfrK/?lang=pt>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

MATTIA, Clénia de; ZAPPELLINI, Marcello B. **Ética e coprodução de serviços públicos: uma fundamentação a partir de Habermas**. Cadernos Ebape.Br, setembro de 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/3DbnbdLnNnX7n3bndTRHWHx/?lang=pt>>. Acesso em 13 de julho de 2023.

MAZZEI, Marcelo Rodrigues; LORENZI, Marcelo Tarlá; PAZETO, Henrique Parisi; SILVEIRA, Sebastião Sérgio da; GERAIGE NETO, Zaiden. **A administração pública na tutela coletiva da moralidade administrativa e do patrimônio público: o papel da advocacia pública**. Revista de Administração Pública, junho de 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/CGFtwhznyZFwtvrzSFjHX3L/?lang=pt>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

MEIRA, F. B. **A ética empresarial em movimento: as (de) limitações do campo**. Revista Gestão & Planejamento, 2010. Disponível em:

<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/857/a-etica-empresarial-em-movimento--as-de-limitacoes-do-campo>>. Acesso em 25 de junho de 2023.

MENDES, ANDRADE JÚNIOR, LUZ, BORGES. **Comissão de Ética Setorial: os desafios de fazer cumprir a ética na administração pública federal.** Revista do Serviço Público, 2010. Disponível em <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/35683/comissao-de-etica-setorial--os-desafios-de-fazer-cumprir-a-etica-na-administracao-publica-federal>>. Acesso em 30 de junho de 2023.

MENDES, A. V. C.; LÚCIO, M. L. **O Discurso da Ética na Administração Pública Federal: uma análise dos códigos de ética.** GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/35560/o-discurso-da-etica-na-administracao-publica-federal--uma-analise-dos-codigos-de-etica->>. Acesso em 06 de julho de 2023.

MENDES, A. V. C.; BESSA, L. F. M.; SILVA, S. A. M. **Gestão da Ética: a experiência da administração pública brasileira.** Administração Pública e Gestão Social, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/34020/gestao-da-etica--a-experiencia-da-administracao-publica-brasileira>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

MOTTA-ROTH, D.; SCHERER, A. S. **Popularização da ciência: a interdiscursividade entre ciência, pedagogia e jornalismo.** Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bak/a/6g4PjKM8Y4kFQLSGfmT88sq/?lang=pt#>>. Acesso em: 02 de setembro de 2023.

Movimento Democrático Brasileiro – MDB. **Serviços, inovação e desenvolvimento para fazer o futuro e o bem-estar dos porto-alegrenses.** Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RS/88013/426/candidatos/381903/5_1600395656527.pdf>. Acesso em 22 dezembro de 2022.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral: uma polêmica.** São Paulo, 2009.

NUNES, L. H. M. **O controle e a punição salvarão a ética pública? As limitações do sistema de gestão de ética do poder executivo federal.** Revista da CGU, 2018. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/60351/o-controle-e-a-punicao-salvarao-a-etica-publica--as-limitacoes-do-sistema-de-gestao-de-etica-do-poder-executivo-federal>>. Acesso em 29 de junho de 2023.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo.** São Paulo, 2017.

PAIVA, André Luiz de; GARCIA, André Spuri; ALCÂNTARA, Valderí de Castro. **Disputas Discursivas sobre Corrupção no Brasil: uma análise discursivo-crítica no twitter.** Revista de Administração Contemporânea, outubro de 2017. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rac/a/5P5bnphyyX7Vc38VHH9pstb/?lang=pt>>. Acesso em 28 de junho de 2023.

Partido Comunista do Brasil – PC do B. **Agora é Porto Alegre! Agora é Manuela!**. Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RS/88013/426/candidatos/431092/5_1600532993654.pdf>. Acesso em 22 dezembro de 2022.

Partido da Causa Operária – PCO. **Programa de governo**. Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RS/88013/426/candidatos/762790/5_1600984098013.pdf>. Acesso em 22 dezembro de 2022.

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. **Plano de Governo**. Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RS/88013/426/candidatos/764575/5_1601089294899.pdf>. Acesso em 22 dezembro de 2022.

Partido Democrático Trabalhista – PDT. **Projeto de governo**. Disponível em:

<<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RS/88013/426/candidatos/806154/Propostas.pdf>>. Acesso em 22 dezembro de 2022.

Partido Republicano da Ordem Social – PROS. **Plano de governo**. Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RS/88013/426/candidatos/179469/5_1599619246557.pdf>. Acesso em 22 dezembro de 2022.

Partido Social Democrático – PSD. **Programa de governo**. Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RS/88013/426/candidatos/634239/valter_plano_de_governo.pdf>. Acesso em 22 dezembro de 2022.

Partido Socialismo e Liberdade – PSoL. **Manifesto: Porto Alegre pede coragem**.

Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RS/88013/426/candidatos/255372/5_1600110495824.pdf>. Acesso em 22 dezembro de 2022.

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU. **Programa do PSTU para Porto Alegre 2020**. Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RS/88013/426/candidatos/403419/5_1600443679332.pdf>. Acesso em 22 dezembro de 2022.

Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. **Plano de governo**. Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RS/88013/426/candidatos/501697/5_1600777055362.pdf>. Acesso em 22 dezembro de 2022.

Partido Verde – PV. **Porto mais alegre e sustentável: programa de governo para Porto Alegre**. Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RS/88013/426/candidatos/513929/5_1600876863077.pdf>. Acesso em 22 dezembro de 2022.

PLATÃO. **A república**. São Paulo, 2019.

Progressistas – PP. **Plano de cidade**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RS/88013/426/candidatos/637679/5_1600820033143.pdf>. Acesso em 22 dezembro de 2022.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. São Paulo, 1969.

REDAÇÃO, G1 RS. **Justiça Mantém Condenação de Valter Nagelstein Por Racismo Após Áudio Sobre Vereadores Negros de Porto Alegre**. G1 RS. Porto Alegre, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/04/26/justica-mantem-condenacao-de-valter-nagelstein-por-racismo-apos-audio-sobre-vereadores-negros-de-porto-alegre.ghtml>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

REPUBLICANOS. **Plano de governo POA 2021-2024**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RS/88013/426/candidatos/346281/5_1600364941860.pdf>. Acesso em 22 dezembro de 2022.

ROSA, Ellysson Fernandes; NAJBERG, Estela; NUNES, Lauren de Lacerda; PASSADOR, João Luiz. **Como a filosofia pode iluminar a gestão pública em tempos de polarização política**. Cadernos Ebape, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120200183>>. Acesso em 04 de março de 2023.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, L. S.; LEBIODA, L.; SERAFIM, M. C. **Como Deliberar Quando Tudo é Caos? Dilemas Morais e Decisões Éticas na Gestão Pública de um Desastre**. Revista de Contabilidade e Organizações, 2021. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/62982/como-deliberar-quando-tudo-e-caos-dilemas-morais-e-decisoes-eticas-na-gestao-publica-de-um-desastre>>. Acesso em 30 de junho de 2023.

SANTOS, L. S.; SERAFIM, M. **Decisão ética na Administração Pública: perspectivas práticas a partir da ética normativa e descritiva**. Revista Gestão & Planejamento, 2023. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/70539/decisao-etica-na-administracao-publica--perspectivas-praticas-a-partir-da-etica-normativa-e-descritiva>>. Acesso em 29 de junho de 2023.

SANTOS, L. S.; SERAFIM, M. **Quando o Desastre Bate à Porta: Reflexões Sobre a Ética da Gestão Pública de Riscos e de Desastres**. Administração Pública e Gestão Social, 2020. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/57365/quando-o-desastre-bate-a-porta--re--exoes-sobre-a-etica-da-gestao-publica-de-riscos-e-de-desastres->>>. Acesso em 30 de junho de 2023.

SANTOS, L. S.; SERAFIM, M.; LORENZI, L. **Dilemas Morais na Gestão Pública: O Estado do Conhecimento Sobre o Tema**. Revista de Gestão e Secretariado, 2018. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/49579/dilemas-morais-na-gestao-publica--o-estado-do-conhecimento-sobre-o-tema>>. Acesso em 30 de junho de 2023.

SARAIVA, L. A. S.; SOUZA, C. J. **A formação do administrador e a moral do super-homem: um estudo com docentes e discentes do curso de administração.** Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/30867/a-formacao-do-administrador-e-a-moral-do-super-homem--um-estudo-com-docentes-e-discentes-do-curso-de-administracao>>. Acesso em 30 de junho de 2023.

SHALDERS, André. **Direita ou esquerda?: análise de votações indica posição de partidos brasileiros no espectro ideológico.** BBC Brasil. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41058120>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

SILVA, Elisângela da Silva da Silva. **Neoliberalismo e gerencialismo na atenção psicossocial a pessoas em situação de rua com abuso de álcool e drogas em Esteio (RS).** Porto Alegre, 2021. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/237801/001139730.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 12 de dezembro de 2022.

SILVA, K. V. M.; OLIVEIRA, J. L. **Análise da dinâmica de funcionamento de Conselhos de Administração na perspectiva de conselheiros: (des)construindo as racionalidades dos discursos dos atores.** Revista Gestão & Tecnologia, 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/33972/analise-da-dinamica-de-funcionamento-de-conselhos-de-administracao-na-perspectiva-de-conselheiros---des-construindo-as-racionalidades-dos-discursos-dos-atores--->>. Acesso em 06 de julho de 2023.

TEODÓSIO, A. D. S. S. **Gestão pública em cidades de pequeno porte: oito perspectivas críticas sobre o desenvolvimento local.** Revista Administração em Diálogo, 2010. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/40675/gestao-publica-em-cidades-de-pequeno-porte--oito-perspectivas-criticas-sobre-o-desenvolvimento-local/i/pt-br>>. Acesso em 13 de julho de 2023.

TEODÓSIO, A. D. S. S.; DANA, S.; ASSAD, M. M. N.; SILVA, R. O. **Produção de conhecimento sobre Ética nos Negócios e Gestão do Meio Ambiente: uma análise de teses e dissertações de Administração.** Revista Gestão & Planejamento, 2008. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/796/producao-de-conhecimento-sobre-etica-nos-negocios-e-gestao-do-meio-ambiente--uma-analise-de-teses-e-dissertacoes-de-administracao>>. Acesso em 13 de julho de 2023.

TREVISAN, Leonardo Simchen. **Moralidade Administrativa, um Conceito Obscuro.** Atuação: Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense (2021). Disponível em: <<https://seer.mpsc.mp.br/index.php/atuacao/article/view/150/73>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2023.

TST. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais.** 2020. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2020/2030402020/88013/candidatos>>. Acesso em 22 dezembro de 2022.

VERDI, Marta; FINKLER, Mirelle; MATIAS, Maria Claudia Souza. **A dimensão ético-estético-política da Humanização do SUS: estudo avaliativo da formação de apoiadores de santa catarina (2012-2014)**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, setembro de 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ress/a/c9KrfpqCxsVWdfcYhcxW3H/?lang=pt>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

WOLFF, Francis. ***Aristote et la politique***. Paris, 1991.